

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

JUNIA HELENA FERREIRA DOS SANTOS
KAMILA DA PENHA BRAZ DEFANTE

**ENTRE ORLAS E PARQUES: UM ESTUDO COMPARATIVO DA RELAÇÃO
PÚBLICO-PRIVADO NOS USOS DOS ESPAÇOS DE LAZER NOS MUNICÍPIOS
DE SERRA E VITÓRIA**

VITÓRIA

2016

JUNIA HELENA FERREIRA DOS SANTOS

KAMILA DA PENHA BRAZ DEFANTE

**ENTRE ORLAS E PARQUES: UM ESTUDO COMPARATIVO DA RELAÇÃO
PÚBLICO-PRIVADO NOS USOS DOS ESPAÇOS DE LAZER NOS MUNICÍPIOS
DE SERRA E VITÓRIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
ao curso Educação Física da Universidade Federal do
Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Prof. Mauricio dos Santos de Oliveira

VITÓRIA

2016

AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra e glória, pois sem ele nada disso seria alcançado.

Aos nossos orientadores Maurício e Nazareno, obrigada por conduzir ao caminho do êxito, sem vocês, ficaríamos perdidas no caminho.

Aos demais professores de graduação, que incentivaram e testemunharam de nossa caminhada.

Aos colegas do grupo de pesquisa, Insiême, obrigada por caminhar conosco.

Aos nossos familiares, pelos momentos de apoio, e por entender que às vezes precisamos deixar as obrigações familiares em prol de um objetivo futuro.

Aos namorados, amigos, colegas, em alguns momentos precisamos deixar a vida social de lado e focar no que é sério, necessário e obrigatório, obrigada por entender.

Enfim, a todos que colaboraram com cada fase, cada objetivo, e nos ofereceram apoio em tudo. Sem vocês seria impossível chegar ao final dessa trajetória.

Nosso muito obrigada,

Junia e Kamila.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ocorrência dos dias de atendimento das práticas corporais na Orla da Serra

Quadro 2- Ocorrência dos dias de atendimento das práticas corporais na Orla de Vitória

“Toda a capacidade dos nossos estadistas se esvai na intriga, na astúcia, na cabala, na vingança, na inveja, na condescendência com o abuso, na salvação das aparências, no desleixo do futuro.”
Ruy Barbosa – Colunas de Fogo, (p.79)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, discute a relação das políticas públicas nos usos dos espaços/equipamentos de lazer, e como se dá (ou não) a parceria público-privada. Inicialmente analisamos alguns conceitos, como política públicas, parceria público-privado e lazer a partir de revisão bibliográfica. Buscamos na geografia o conceito de espaço e suas diferenças com o termo território, além de conceituar, o que é orla, praia, terreno de marinha e ainda, o que é um parque.

A partir dos dados coletados através dos mapeamentos, buscamos dialogar com esses conceitos, e tentar responder ao questionamento principal deste trabalho, que é, comparar como acontece e se acontece a parceria público-privado nos espaços das orlas e parques dos municípios de Serra e Vitória, no estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Usos dos Espaços, Lazer, Políticas públicas, Parceria Público-Privado.

ABSTRACT

This work of course completion, discusses the relationship of public policies in the use of spaces / leisure, and how is (or not) the public-private partnership. Initially we analyze some concepts, such as public policy, public-private partnership and pleasure from literature review. We seek geography the concept of space and its differences with the term territory, in addition to conceptualize, which is waterfront, beach, navy ground and yet, what is a park.

From the data collected through the mapping, we seek dialogue with these concepts, and try to answer the main question of this study, which is comparing as it happens and happens to public-private partnership in the areas of edges and parks of the cities of Serra and Vitória in the state of Espírito Santo.

Keywords: Uses of Space, Leisure, Public Policy, Public-Private Partnership.

LISTA DE SIGLAS

INSIÉME – Grupo de Estudos Sociológicos, Políticos e Culturais das Práticas Corporais

CEFED – Centro de Educação Física e Desporto

PDU - Plano Diretor Urbano

AGENDA 21 – Instrumento de Planejamento Participativo Para o Desenvolvimento Sustentável do País

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

APP – Áreas de Preservação Permanente

UC – Unidades de Conservação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CIVIT – Centro Industrial de Vitória

PIB – Produto Interno Bruto

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização Não Governamental

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

PROEF – Programa de Orientação de Atividades Físicas

SOE – Serviço de Orientação ao Exercício

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	9
2. REPENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	11
2.1 A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO.....	15
2.2 O CONCEITO DE LAZER.....	19
3. ANÁLISE DE USOS E ESPAÇOS.....	21
4. ASPECTOS DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO DAS ORLAS E PARQUES DE SERRA E VITÓRIA.....	26
4.1 .PERFIL DOS MUNICÍPIOS.....	28
4.2 .MAPEAMENTOS DOS ESPAÇOS.....	31
4.2.1. ORLA SERRA.....	31
4.2.2. ORLA VITÓRIA.....	34
4.2.3. PARQUE SERRA.....	35
4.2.4. PARQUE VITÓRIA.....	35
4.3 (NÃO) OCORRÊNCIA DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO.....	36
4.3.1 ORLA DA SERRA.....	36
4.3.2 ORLA DE VITÓRIA.....	36
4.3.3 PARQUE SERRA.....	37
4.3.4 PARQUES VITÓRIA.....	38
4.4. (NÃO) INCIDÊNCIA SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDOS.....	39
4.4.1. ORLA DA SERRA.....	39
4.4.2 ORLA DE VITÓRIA.....	40
4.4.3 PARQUE SERRA.....	41
4.4.4 PARQUE VITÓRIA.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48
7. ANEXOS.....	52

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso surgiu a partir do grupo de pesquisa Insiême, com a proposta de analisar as relações públicas e privadas nos espaços de lazer nos municípios capixabas.

O projeto nasce da temática de dissertação da aluna Lorennna Pereira Oliosí no mestrado em Educação Física do CEFD e orientanda do professor Dr. Carlos Nazareno Ferreira Borges, que propôs mapear as práticas de esporte e lazer nas praias do município de Vila Velha e verificar as tensões na relação público-privado. Esse trabalho deu origem a um projeto maior que pretendia investigar a temática relacionando esporte e lazer, direitos sociais e relação público-privado em múltiplos territórios, bem como, verificar se tais relações se repetiam nos demais municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, com intencionalidades de estabelecer um banco de dados para a análise e interpretação da problemática em contextos locais assim como favorecer relações comparativas entre contextos, permitindo a ampliação do debate e subsídios para a implementação de políticas públicas para os setores de esporte e lazer.

Justifica-se a elaboração desta pesquisa devido a uma lacuna no campo de pesquisa, relacionando aspectos da parceria público-privada nos municípios capixabas e os usos dos espaços de lazer, visando contribuir com o campo de estudo em questão, a partir de reflexões importantes acerca dos conceitos de políticas públicas, relação público-privada e esporte e lazer; Bem como a comparação entre as dinâmicas dos usos dos espaços em dois municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Assim, este estudo é resultado de uma pesquisa que teve como intenção investigar a relação público-privado a partir dos usos que a iniciativa privada estabelece sobre os espaços públicos nos municípios de Serra e Vitória. Analisamos os usos dos parques e orlas em projetos de intervenção com esporte e lazer e de como opera a política, de tal forma a identificar como estas ações incidem sobre os direitos constitucionalmente previstos de acesso ao esporte e ao lazer.

O local de estudo foram as orlas e os parques dos municípios de Serra e Vitória/ ES, onde foram mapeadas as práticas de esporte e lazer e atores sociais envolvidos.

Estruturalmente o trabalho foi dividido em forma de capítulos, para melhor compreensão do mesmo. O primeiro capítulo é composto pela apresentação do trabalho.

No segundo capítulo, foram trabalhados os conceitos de políticas públicas, relação público-privada, e lazer, a partir de revisão bibliográfica, isto é, de textos fichados e discutidos e pertinentes ao tema.

No terceiro capítulo, buscamos entender o conceito de espaço, e seus usos, a partir da geografia, na tentativa de diferenciar território e espaço, e ainda, conceituamos, a partir de documentos e legislações pesquisados, o que é orla, praia, terreno de marinha, e parques.

No quarto capítulo, observamos os principais aspectos da relação público-privada a partir do mapeamento feito nas orlas e parques dos municípios pesquisados. Ainda nesse capítulo, apresentamos e discutimos a metodologia utilizada, o perfil dos municípios estudados e os dados obtidos, bem como, a incidência ou não da relação público-privada, da incidência ou não dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

No quinto e último capítulo, apresentamos as considerações finais, a partir dos dados obtidos, a comparação entre os usos dos espaços nos dois municípios, o que é específico de cada um e o que é semelhante, em termos de políticas públicas.

2. REPENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Inicialmente a discussão se insere no âmbito político na tentativa de responder a questão central deste trabalho, como se dá a relação público-privado nos espaços de lazer dos municípios pesquisados. Para uma compreensão do que é política usamos Bobbio (2000), “O conceito de política, entendida como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligada ao conceito de poder” (p. 160), isto é, as ações, o que é prioridade ou não nos governos, a prática humana de quem tem ou não poder, bem como suas escolhas que caracterizam a natureza da política.

Através da compreensão do que é política, podemos agora conceituar políticas públicas, uma vez que é ação e a implementação destas políticas que incidem no que é prioridade para os governos, partindo desde a organização institucional, a divisão das verbas e a decisão de quais serão os investimentos. De acordo com Azevedo (2001), compreende-se que:

(...) as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. (p.6)

Podemos afirmar que as políticas públicas estão intimamente ligadas ao que cada sociedade pensa de si própria, e que evidencia como mais importante em determinados momentos de sua história, um exemplo disso são as reuniões e comissões para discutir o PDU (Plano Diretor Urbano), na quais se "define como deve ser o crescimento e o funcionamento da cidade, buscando garantir a qualidade de vida de seus moradores." PDU(2006). Outra compreensão, de acordo com Souza (2006),

(...) política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação, [...]quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações. (p.26)

A partir da demanda social e suas pressões é que surgem ou deveriam surgir as políticas públicas. As manifestações, a participação da sociedade e como ela acredita que deva ser atendida, é que tornam as ações governamentais significativas, observa-se hoje vários programas televisivos, e colunas de jornais para que a sociedade evidencie seus maiores problemas, o que pode ser percebido pelo estado, em sua face governamental, através de estudos, mapeamentos e dessas reuniões coletivas.

Há ainda organizações e representações da própria sociedade que se encarregam de mostrar ao governo as ações necessárias, pressionando assim os agentes políticos que estão no

poder. Assim a partir das problematizações e da reflexão das próprias necessidades, que estão no cerne do conceito de política, é que a sociedade caminha para ter suas reivindicações atendidas.

As políticas públicas e sociais são campos multidisciplinares, interessando a um grande número de pesquisadores, uma vez que "qualquer teoria de política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia" Souza (2006) p.25.

Para que a sociedade consiga alcançar a importância de seu papel em cobrar ações e a implementação das políticas públicas, é mister, uma educação política, em todos os âmbitos, desde a infância e fazer-se aprimorar o conhecimento, o debate e a participação durante a vida em sociedade.

O autor, Frey (2000), amplia e conceitua claramente os variados sentidos do que é política pública. A partir dos escritos do autor na língua inglesa, verificam-se três sentidos:

sobre 'policy analysis' diferencia três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado na ciência política o emprego dos conceitos em inglês de 'polity' para - denominar as instituições políticas, 'politics' para os processos políticos e, por fim, 'policy' para os conteúdos da política:

Sendo assim, o primeiro dos sentidos faz alusão à "dimensão institucional 'polity' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo", já o segundo sentido "no quadro da dimensão processual 'politics' tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição" e o terceiro e não menos relevante "a dimensão material 'policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas".

Cada um desses significados de um mesmo conceito traz uma compreensão diferente, contudo se relacionam entre si, as instituições, o exercício do governo, o conflito de interesses, as demandas sociais e tudo que expusemos no decorrer do texto, são sintetizados no abrangente conceito de política, aqui compreendida na sua característica de política pública. Assim toda e qualquer problemática social a ser estudada necessitam dessa compreensão inicial das conotações deste conceito.

A escola norte-americana de ciência política também traz algumas compreensões sobre os âmbitos das políticas públicas de acordo com trajetória inicial deste campo de acordo com Souza (2006):

(...) seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações.p.22.

O primeiro conceito, revisita o cerne da ideia de contrato social, voltando-se para as instituições, já o segundo, está mais relacionado a ideia da relação entre os entes que formam e promovem o governo, e por último a ação propriamente dita dos governos. Nas duas compreensões de políticas públicas, tanto a apontada por Frey quanto a de Souza, observa-se que o terceiro conceito em ambos, caminha de maneira satisfatória para análise de nosso trabalho, uma vez que é a ação do governo que se configura na decisão política do agente em exercício no poder de onde nascem de fato as políticas públicas que visam atender as demandas e direitos sociais.

Ainda sobre essa relação da ação do governo Souza (2006) aponta que "debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas"(p.26). Nessa relação existem os modelos de políticas públicas e sua compreensão ajuda a entender como nosso trabalho será construído. "Dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer algo que repercutirá na vida dos cidadãos"p.28.

Sobre esses modelos de políticas públicas temos a contribuição de Lowi com uma das mais conhecidas tipologia de políticas públicas Lowi apud Souza (2006)

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelos governos, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias que são mais visíveis ao público, envolvendo a burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é das políticas redistributivas, que atinge o maior número de pessoas (...) são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário, são as de mais fácil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. (p.28)

Em nosso trabalho, os dois primeiros tipos de políticas serão utilizados, mais especificamente o segundo, por envolver o governo e os grupos de interesse. Pois é a partir da relação entre esses atores sociais que geram as políticas públicas e suas posteriores implementação, regulação e avaliação na e para a sociedade.

Assim, o primeiro modelo de análise é o 'Policy networks, que trata segundo Miller apud Frey "de redes de relações sociais", isto é, das interações advindas de instituições e grupos, nos poderes executivo e legislativo como na própria sociedade de sua origem à implementação dos programas sociais. Outro modelo é o da 'Policy arena' que segundo ainda Frey "refere-se, portanto aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, regulatório ou constitutivo".p. 223.

Os tipos de políticas públicas já foram anteriormente mencionados. E o 'Policy Cicle' que é um pouco mais complexo que os anteriores pois surge das mudanças estruturais que podem acontecer nos outros modelos, sendo mais propriamente uma fase do que um modelo e é constituído pelas seguintes etapas segundo Souza (2006) "definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação" p.29. Existem ainda outros modelos de análises, entretanto os que citamos são os mais relevantes para nosso estudo.

Após elencarmos esses conceitos e tratar brevemente seus significados e utilização, conclui-se que, se faz necessário compreender a priori a multidisciplinaridade do campo político, bem como a polissemia do conceito e suas implicações e usos para o trabalho. A partir das observações destes conceitos, tais como: política, políticas públicas, tipos de políticas públicas entre tantos outros, podemos avançar para a próxima fase de nosso estudo, que se constitui na fase de observação, coleta e análise dos dados, nos âmbitos descritivos e qualitativos.

Certos fenômenos em geral notados na política apontam a forma como os gestores percebem as necessidades de ação, seja tão somente por necessidade de poder político ou pela necessidade de resolver alguma demanda por pressão social. Assim, Souza (2006) explica que:

Quando o ponto de partida da política pública é dado pela política, o consenso é construído mais por barganha do que por persuasão, ao passo que, quando o ponto de partida da política pública encontra-se no problema a ser enfrentado, dá-se o processo contrário, ou seja, a persuasão é a forma para a construção do consenso. (p.30)

Enquanto as relações geralmente são baseadas na resolução de interesses próprios e troca de favores, a persuasão pode ser tanto por poder atual, como o de convencimento explicativo que determinado investimento e ampliação de orçamento em determinado setor faz-se necessário. Esta necessidade de fazer com que o governo atue é definida assim por Souza (2006):

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (p.26)

A partir disso, compreende-se então que políticas públicas de acordo com a política processual de interesse é semelhante a uma barganha, já, a política pública se parte de um problema enfrentando, tal como uma pressão social, tem a denotação de persuasão. Dependendo da demanda o governo agirá de uma forma ou de outra.

2.1. A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

A ação do governo está intimamente ligada ao ideal de democracia que se tem. A democracia no Brasil encontra-se em fase de consolidação, isto é, ainda está engatinhando, o que afeta diretamente a questão da aplicação das políticas públicas e sociais, envolvendo assim aspectos da gestão pública. Para uma experiência democrática se faz necessário o desenvolvimento de uma gestão em que o interesse público seja levado em conta na ação do governo, uma vez que alguns direitos são assegurados constitucionalmente e por vezes não garantidos pelo poder público, por uma série de motivações.

Dentre esses direitos assegurados estão os que chamamos de “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Artigo 6º da Constituição.

E mais especificamente, os direitos ao desporto, que versa sobre o esporte e o lazer,

217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

A reforma do Estado e a ideia de gerenciamento na administração pública do Brasil não se originaram a partir do interesse público, isto é, um movimento que a sociedade pudesse opinar participar e compreender seus amplos significados. Mesmo se falando atualmente em PDU (Programa Diretor Urbano) e Agenda 21, onde estão os compromissos e as demandas do município, na maioria das vezes a população tem tantas demandas, mas não compreende o significado do processo como um todo, e por vezes observa tais ações, como ação de personagens da política, e não como uma obrigação do Estado.

A discussão do interesse público no Brasil, sempre esteve à margem da experiência democrática e da própria gestão pública, de acordo Oliveira e Pereira (2012). Tocqueville apud Oliveira e Pereira, “o que deveria motivar a ação pública, a gestão pública e a gestão social é o interesse público bem compreendido, assim como foi identificado nos Estados Unidos em meados do século XIX” (p. 2), pelo autor.

Cabral (2012) mostra que atualmente no Brasil, o terceiro setor é uma construção social que ganhou visibilidade e que congrega vários agentes. Para essa autora, o terceiro setor representa a expansão do interesse privado para o interesse público, no sentido de complementar às funções do Estado. Interesse público pode ser compreendido como:

O atributo, ou valor, gerador de atitudes e comportamentos sociais que proporcionam o compartilhamento explícito das representações dos indivíduos acerca de seu bem-estar e da reprodução coletiva local desse bem-estar. O interesse público está infundido em bens que podem ser qualificados como públicos à medida que seu consumo ou apropriação é um ato de fruição local que propicia a coesão e a inclusão sociais. Os assuntos que afetam o interesse público interferem autônoma e indistintamente na vida das pessoas, atingindo-as direta ou indiretamente, como fato atual ou potencialidade na perspectiva de alterar, a despeito das reações ou motivações do indivíduo, a sua relação com o ambiente, com outros indivíduos, com o trabalho, ou com os produtos da vida social (CABRAL, 2012, p. 4).

A ideia do Estado como único fomentador do bem público tem perdido força no caminhar da história. Assim, sociedade e mercado não se estruturam sem que haja um agente mediador, de fato democrático, nesse caso, o Estado (Oliveira e Pereira, 2012).

A partir de Fernandez (2011), desde a década de 1980, os governos buscaram alternativas para manter seu nível de investimento, de maneira que não comprometessem seus orçamentos. Devido às chamadas políticas fiscais, de gastos exorbitantes no passado, algumas nações tiveram uma grande limitação na sua capacidade de ampliar o nível de gastos, principalmente, por causa do endividamento e das suas restrições de adquirir financiamento externo.

Assim, no início dos anos 90 algumas nações europeias firmaram parcerias com o setor privado, para que esse pudesse desempenhar o papel de financiador e, no final, o agente privado poderia utilizar o resultado proveniente deste projeto, como forma de ressarcimento financeiro. (AKITOBY; HEMMING; SCHWARTZ, 2006; FERNÁNDEZ, 2006; NISAR, 2007) apud FERNADEZ (2011).

Sobre a relação público-privada pode-se compreender:

Esse novo tipo de relacionamento denominou-se de Private Finance Initiative (PFI). De acordo com Barros (2010), a gênese das Parcerias Público-Privadas⁴ se deu através da ampliação do uso do sistema de financiamento privado de obras públicas em vários países, como por exemplo, Canadá, Austrália, Estado Unidos, Itália, Alemanha, Espanha e França. A Comissão Européia⁵ define a PPP como o tipo de contrato que visa uma parceria baseada na relação contratual entre o agente público e o privado. Este tipo de relação pode ter diversas configurações e atribui uma única ou muitas tarefas para o parceiro privado, as quais podem incluir a concepção, o financiamento, o desenvolvimento ou reparo de uma obra ou serviço.

A formatação dessa parceria gera prós e contras no que tange ao papel do Estado, sua fiscalização, seu retorno, etc. Dentre as vantagens dessa parceria está o compartilhamento de riscos entre o Estado e o setor privado, bem como:

Nessa perspectiva, destaca-se que há uma considerável redução dos custos no projeto, resultado pelo ganho de eficiência gerado pela capacidade inovadora do setor privado, além de uma estrutura mais transparente em relação às questões financeiras, também à divisão de responsabilidades das atividades a serem desempenhadas e o compartilhamento dos riscos (GRINSEY; LEWIS, 2007; MARQUES; SILVA, 2008; ENGEL; FISCHER; GALETOVIC, 2008).

Os aspectos negativos são principalmente, que o governo perde parte da autonomia do projeto, uma vez estabelecida esse modelo de parceria, e ainda o agente público não consegue monitorar o padrão de qualidade da obra.

Assim atualmente há a necessidade de buscar novas alternativas para essas parcerias, uma vez que tais relações tendem a ampliar as políticas públicas em variados setores, de maneira que estas coloquem em primeiro lugar no interesse público, de acordo com Richter apud Fernandez et al.

Há ainda outra situação que é o interesse das empresas, e/ou de particulares de aderirem a ideia de oferecer o serviço e em contrapartida receber incentivo do governo, sobretudo devido as questões orçamentárias.

Essa parceria, tende a facilitar a democratização dos espaços, quando há critérios nos usos dos mesmos, “[...] Primeiro, a democratização das instituições políticas e da sociedade são processos interdependentes nos quais é chave a ampliação das possibilidades de realização do que concerne a todos e interessa a todos, o público”. Bresser Pereira e Grau (1999) apud Oliveira e Pereira .(pág.7)

O interesse público no que tange as práticas de esporte e lazer se relacionam da seguinte maneira, são direitos constitucionalmente garantidos, que nem sempre são ofertados pelo poder público de forma satisfatória, e que a iniciativa privada, sendo empresas ou particulares, ofertam, mas que devem ser fiscalizados, afinal o espaço público, é o local onde se dão as principais relações sociais, e se fazem necessários, para que de fato a experiência democrática ocorra.

[...] os espaços públicos não estatais são arenas de negociação entre as instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções de governo e a representação de conflitos. [...] que os espaços públicos requerem mecanismos de representação e participação, sendo ambos necessários para a existência de democracia nas sociedades e para o controle democrático do Estado pela sociedade. Essa postura, garante a expressão da vontade política dos cidadãos, e não apenas o interesse do mercador ou desejo do príncipe. Viera 1997, apud Oliveira e Pereira.pág.7

Assim, pensar a relação público-privada nesses termos acima mencionados, é também, “pensar em uma forma de administração que privilegie a participação da sociedade civil e resgate o verdadeiro sentido da cidadania é um grande desafio que destaca o crescimento constante do debate a respeito da gestão social no Brasil.” Oliveira e Pereira, (p.9).

2.2. O CONCEITO DE LAZER

Lazer do latim significa licet, licere, ser permitido, ser lícito. O lazer geralmente é associado ao descanso, ao entretenimento e ao consumo de conteúdos culturais. Referido a um termo moderno o lazer é gerado a partir das reivindicações por tempo livre durante o período das grandes revoluções, e desenvolvido no início do século XX (MASCARENHAS, 2003).

A partir da constituição de 1988, já citado anteriormente no Artigo 6º e 217º da Constituição, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Ele foi assegurado, também praticamente em todas as constituições estaduais e leis orgânicas de municípios de nosso país.

Para Dumazedier (2001) o lazer é um conjunto de ocupações a qual o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Para o autor esse lazer completo, suficiente, possui um caráter de liberdade, de uma livre escolha, um lazer que não é inspirado por interesse, e uma busca por prazer imediata pessoal, onde as expectativas superam as necessidades.

Marcellino (2002) afirma que não existe um consenso sobre o que seja lazer entre os estudiosos do assunto, ou entre os técnicos que atuam nessa área, e muito menos em nível da população em geral. O fato, que traz dificuldades para abordagens do tema, programação das atividades e sua difusão, indica também que se trata de um termo carregado de preferências e juízos de valor.

As diferenças acentuadas quanto ao significado da palavra lazer colocadas por Marcellino (2002) podem ser observadas até mesmo nas conversas informais. A população em grande parte associa o lazer às atividades recreativas, ou a eventos de massa, essa associação talvez tivesse sido pelo fato de que a palavra lazer tenha sido largamente utilizada nas promoções de instituições com atuação dirigida ao grande público, e isso contribuiu para que acabe se tendo uma visão imparcial e limitada das atividades de lazer, restringindo o seu âmbito e dificultando o seu entretenimento.

Marcellino (2002) diz que além do descanso e do divertimento, no lazer ocorre outras possibilidades que geralmente não são tão perceptíveis. Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa etc. estão presentes oportunidades

privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas.

O autor afirma que não é possível se entender o lazer isoladamente, ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação numa relação dinâmica.

Em termos de proximidade com o trabalho, tomamos o Lazer como uma dimensão da vida humana, que assim como o trabalho, dá sentido à natureza do ser humano. Lazer é cultura em sentido amplo segundo Marcellino (2002) e que pode ser vivenciado tanto na forma de práticas quanto de contemplação, opcionalmente experimentada no tempo disponível, isto é, livre de obrigações.

Lazer, portanto, é uma dimensão social e em expressão de cidadania se junta à educação e a saúde como direitos, todos em relação estreita com o trabalho.

Conclui-se que o presente estudo poderá contribuir neste sentido, uma vez que tenta analisar, descrever e explicar determinadas realidades sociais que encontramos em campo, a partir da observação nas visitas de mapeamento na fase inicial da pesquisa.

Nas análises de políticas públicas relacionadas a lazer, encontramos um indicador importante que é a concepção que os gestores têm de lazer (MARCELLINO, 2001), e através desta análise justifica-se o crescimento de políticas de governo nesse setor nos últimos anos sustentadas no direito social garantido constitucionalmente (BORGES et al., 2009; AREIAS; BORGES, 2011). Bem como no uso dos espaços.

3. ANÁLISE DE USOS E ESPAÇOS.

O espaço onde acontece o lazer, configura-se como um conceito relevante para nosso estudo. Buscamos na Geografia a compreensão de espaço e território, e de como se encaixam em nosso trabalho. Além disso, se faz necessário compreender como esses espaços se dividem, quem toma conta e/ou fiscaliza, isto é, os poderes que devem fazê-lo.

As preocupações com o território na atualidade são recorrentes, no que tange, ao que é o território, quem tem direito, que fiscaliza, quem pode ter acesso, as leis que regulamentam o uso, entre outras questões.

As concepções de território e espaços, mudam de acordo com o tempo e a localidade, é possível observar a partir dos escritos de Milton Santos,

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, relata Milton Santos, é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território. (1978) pág.7

Dependendo do contexto em questão, a compreensão será diferente. Para Santos, “O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.”pág.8. Isto é território é um conceito um tanto mais rígido, e que se diferencia do conceito de espaço.

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. (1978) pág.8.

Uma vez que território pode ser compreendido, como um espaço delimitado, a ideia de espaço, é bastante ampla. Em seu livro, “Por uma geografia nova”, o autor, aponta que, o conceito de espaço pode ser compreendido como a representação do local onde acontece as relações sociais historicamente constituídas. Ainda de acordo com Santos,

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Enquanto território é algo mais rígido, e se modifica a partir de tratados, o espaço se modifica a partir de seus usos e das relações sociais, costumeiras ou não. Contribuem para o uso do espaço, as atividades praticadas, a ideia de “público” que determinadas sociedades têm, a disposição desses espaços, a dinâmica urbana dos municípios a partir de seus planos diretores urbanos, etc.

A complexidade do que é espaço, torna ainda mais densa a compreensão, desse modo, Santos, observa que “(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinadasubordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.” (SANTOS, 1978, p. 145)

O espaço, é o local por excelência, onde se observa as principais dinâmicas da sociedade, onde as relações se dão de maneira pormenorizadas, no seu aspecto mais íntimo, uma sociedade mais desenvolvida evidenciará determinados tipos de relações, enquanto outras menos desenvolvidas e desorganizadas, evidenciarão outras. É a partir dessa compreensão que o autor, diferencia os conceitos de território e de espaço, assim, para Santos (1978) “a utilização do território pelo povo cria o espaço” pág.8, são usos que se faz de um território que permitem que ele se torne um tipo de espaço.

De acordo com o autor, existem variados tipos de espaços, dentre eles o espaço social e o geográfico. “O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução.” Pág.8.

Já a compreensão de “espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica” Santos (1978) pág.8.

Neste trabalho utilizamos o conceito de espaço, e em seu sentido mais amplo, espaço social. Ainda de acordo com o autor, “os elementos do espaço, por sua vez, são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas.” Pág.13 Assim, após brevemente diferenciar, território e espaço, e compreender que a temática tratada versa sobre

espaço, não abandonamos o conceito de espaço geográfico, entretanto, o espaço social, é o que se encaixa de maneira mais elucidativa no que foi pesquisado.

Da compreensão de espaços, e seus usos, passa-se a observar, quais são estes espaços, seus conceitos e os atores que agem nos usos do mesmo. Os espaços observados ao longo dos mapeamentos, foram os parques e as orlas. Para compreender como se configuram tais espaços, utilizamos documentos de cunho federal, como legislações e documentos de gestão com fins administrativos, tais como o “Projeto Orla” e artigos do Conama e Ministério de Meio Ambiente.

As orlas, a praia, e o terreno de marinha, que são as partes que se relacionam com a orla, têm compreensões conceituais distintas e há também a questão da utilização e da fiscalização dos espaços.

De acordo com o documento acima citado, orla marítima, pode ser compreendida como “faixa de contato da terra firme com um corpo de água e pode ser formada por sedimentos não consolidados (praias e feições associadas) ou rochas e sedimentos consolidados, geralmente na forma de escarpas ou falésias de variados graus de inclinação.” Projeto Orla, p.11. Isto é, a parte entre a Praia propriamente dita, e as avenidas, essencialmente cuidadas pelos municípios, devendo ser organizadas, cuidadas e fiscalizadas, pelos mesmos.

Já as praias, “são feições deposicionais no contato entre terra emersa e água, comumente constituídas por sedimentos arenosos, podendo também ser formadas por seixos e por sedimentos lamosos”. Nesse último caso, a praia freqüentemente se encontra associada a uma planície de maré. Essa parte também é atendida pelos municípios e por vezes com ajuda do estados (**LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988** - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro).

Há ainda o terreno de marinha, conceituado na legislação federal de 1946:

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano.

Art. 3º São terrenos acrescidos de marinha os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha.

Art. 4º São terrenos marginais os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.

Este espaço, é essencialmente de posse da federação, excetuando-se àqueles que pertencem a particulares, estados ou municípios (este último acontece raras vezes). **(DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946 - Bens imóveis da União)**

O outro espaço utilizado em nosso trabalho, são os parques, em geral, sua quantidade e utilização denotam a organização e desenvolvimento urbano e social dos municípios. De acordo com o documento pesquisado, “Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.” O conceito de área verde, apresentado no mesmo documento:

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização".

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados.

Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes.

Delimitados conceitualmente, os espaços utilizados no mapeamento dessa pesquisa, passamos aos usos destes espaços, sob a ótica do lazer. Os espaços e Equipamentos, frequentemente são confundidos em seus conceitos. Santini (1993) coloca que existem duas formas de entendimento para essa diferença entre conceitos. Um primeiro entendimento propõe que os conceitos sejam utilizados como sinônimos. O segundo entendimento sugere uma distinção clara entre espaço e equipamentos.

Espaço é entendido como suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade, uma conclusão de Marcellino et al. sobre o ponto de vista de Santini, mostra se que é possível

exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço.

Os equipamentos são classificados em equipamentos específicos e não-específicos. Segundo Marcellino (2002), os espaços especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer. São chamados de equipamentos específicos, esses equipamentos são os teatros, cinemas, bibliotecas etc. Onde muitas vezes a população em geral não tem acesso privilegiados a eles.

Os equipamentos não-específicos para Marcellino (2002) e Bruhs (2001), significam um ambiente que foi planejado e construído para uma determinada finalidade específica, não específico para o lazer, mas que pode ser adaptado e ampliado para outras atividades, sendo então um espaço possível para aproveitar do lazer, esses equipamentos podem ser o próprio lar, bares, escolas etc.

Quando se pensa na utilização de espaços e equipamentos, em muitas situações estes não são utilizados de maneira correta, tendo o seu uso indevido, ou utilizados como mercadorias por iniciativas privadas. Ao se pensar a utilização dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer, Costa (2010) afirma que a presença da iniciativa privada nesses espaços tornou-se uma ação constante que, segundo Matos (2001) denota ao espaço urbano um caráter de mercadoria, seguindo a tendência da privatização, ou seja, a comercialização do espaço urbano.

O espaço público vem seguindo a tendência de privatização e comercialização, denotando um caráter de mercadoria, restringindo seu acesso para os cidadãos que podem pagar. A privatização de espaços privados, onde muitas vezes são mantidos com financiamento público em infraestrutura e programas de animação, também se mostram de uso restrito pelo cidadão não pagante, que deveria ser beneficiado por políticas públicas, ainda que emparceiradas com a iniciativa privada.

4. ASPECTOS DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO DAS ORLAS E PARQUES DE SERRA E VITÓRIA

A abordagem do estudo é qualitativa e se classifica ainda nas perspectivas descritiva e explicativa, pois se pretende fazer a descrição das características de um fenômeno e analisar as causas ou consequências deste fenômeno (RICHARDSON, 1999).

Os dados apresentados neste capítulo, foram coletados a partir de um protocolo através de uma abordagem qualitativa que utiliza como planos de pesquisa os estudos descritivo e explicativo. Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados ocorreram em quatro etapas:

Na primeira etapa foi estabelecido primeiramente o levantamento bibliográfico para identificar o que já foi produzido nos estudos da área sobre esta temática; e os documentos publicizados do órgão público responsável pela gestão.

Na segunda etapa se iniciou a coleta de dados por meio de mapeamentos das práticas corporais orientadas desenvolvidas sob a orientação de um interventor, essa etapa se deu em dois momentos: o primeiro momento começa com a identificação e registro de todas as práticas corporais desenvolvidas no espaço delimitado para a pesquisa. Consistindo na realização sistemática de visitas ao espaço (s) delimitado para a pesquisa.

As visitas ocorreram em um período mínimo de duas semanas consecutivas, de forma que o pesquisador teve que visitar o local todos os dias, em horários variados necessariamente nos turnos matutino, vespertino e noturno, isso ocorreu para que se pudesse identificar a incidência das práticas corporais desenvolvidas.

O cronograma das visitas foi registrado em um primeiro quadro, onde as práticas corporais observadas foram descritas. A partir desse quadro as informações coletadas tiveram que ser compiladas para formar um segundo quadro reunindo todas às práticas corporais mapeadas. No segundo momento se deu a aplicação de instrumentos de coletas de dados aos sujeitos responsáveis pelas práticas.

A partir desta aplicação do instrumento houve a possibilidade de elaboração de um terceiro quadro, contendo um panorama geral das características das praticas desenvolvidas.

Na terceira etapa, a partir do quadro três com as práticas orientadas mapeadas, foi definido a amostragem para acompanhamento *in loco*. Para este acompanhamento os sujeitos selecionados para pesquisa foram aqueles que possuíam mais tempo de funcionamento da prática. No caso das pesquisas que investigaram os espaços onde foram identificados diferentes setores, os entrevistados foram os sujeitos mais antigos de cada setor (a

setorialização foi determinada pelo pesquisador em função da particularidade do espaço). Um exemplo utilizado foi o caso das praias onde se pode identificar intervenções com práticas no mar, na areia e na orla (calçadão).

Na quarta e última etapa houve o acompanhamento *in loco*, consistindo na realização das observações descritas pelo pesquisador nas práticas que constituíram a amostragem. Esta observação descritiva ocorreu durante um período de 4 (quatro) semanas. Tendo como objetivo o registro de informações relevantes sobre a rotina de funcionamento das práticas, que possibilitou reunir mais dados para a análise ou para constatar os dados já coletados em outras etapas.

Os procedimentos metodológicos para a coleta de dados e a construção dos conhecimentos ocorreram em três etapas: a primeira consistiu no levantamento bibliográfico através da coleta de informações para suporte teórico, utilizando como fontes livros, artigos científicos, banco de dados e periódicos, que possibilitou apresentar o contexto da pesquisa e os avanços nos estudos sobre esta temática. Estudo e discussão do material em levantamento. Busca e captação de documentos publicizados pelas gestões territoriais (governo federal, governos estaduais, prefeituras), possibilitou identificar as políticas públicas operadas territorialmente, bem com as ações e projetos que estabelecem relação com a iniciativa privada e/ou ações e projetos desenvolvidos nos espaços e equipamentos públicos ou de propriedade privada conveniada com o Estado nas diferentes esferas.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados por meio de mapeamento das práticas de esporte e lazer desenvolvidos *in loco* nos espaços e equipamentos de cada território a ser investigado. A partir do material coletado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas aos responsáveis por projetos de esporte e lazer que animam os espaços e equipamentos públicos e/ou privados conveniados com o Estado e que foram escolhido para a pesquisa. Ao longo do desenvolvimento do projeto foram sendo agregados territórios a partir da inserção de pesquisadores e estudantes interessados. A idéia é partir dos diferentes municípios do estado do Espírito Santo, para depois expandir para outros estados brasileiros e estabelecer parâmetros comparativos. Nesse sentido, não foram definimos o quantitativo de envolvidos no projeto, mas estimamos uma perspectiva inicial de 78 sujeitos entrevistados, sendo um por cada município do estado do Espírito Santo.

Após os procedimentos de coleta de dados, buscou-se analisar de que forma a relação público-privado nas políticas de utilização dos espaços e equipamentos públicos e/ou privados conveniados com o Estado incidiram sobre os direitos sociais estabelecidos constitucionalmente no acesso ao esporte e ao lazer. Para análise dos dados, tanto

documentais quanto originados de entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009), a qual corresponde a um conjunto de técnicas para análise de comunicações que, através de procedimentos sistemáticos, visa descrever os conteúdos das mensagens. A autora organiza a análise de conteúdo em três fases: 1) a pré-análise, que corresponde a sistematização das ideias iniciais, leitura e escolha de documentos; 2) a exploração do material, que consiste no aprofundamento da leitura e análise; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

Os dados permitiram organizar as seguintes categorias a (Não) ocorrência da relação público-privado e a (Não) incidência sobre os direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

4.1. PERFIL DOS MUNICÍPIOS

Segundo o título I do município da Serra e seu Território, no Art. 1º o município da Serra foi fundado em 08.12.1556, (oito de dezembro de mil quinhentos e cinquenta e seis) e seu território tem confrontações ao norte com o Município de Fundão; ao Sul com os Municípios de Vitória e Cariacica; e ao oeste com o Município de Santa Leopoldina e ao Leste com o Oceano Atlântico, Art. 2º do Título I. **(LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DA SERRA)**

Serra está localizada a 27km da capital do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil. Assim como quase todos os municípios do Espírito Santo, Serra contou com o desbravamento territorial em grande parte pelos jesuítas. Seus primeiros habitantes foram os índios Termiminós do grupo Tupi, que foram trazidos do Rio de Janeiro, no ano de 1555. O padre Brás Lourenço, contando com a colaboração do cacique Maracajaquacu (Gato Grande) iniciou a colonização da Serra em 1556, com a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da conceição.**(HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DA SERRA, ESPÍRITO SANTO-BRASIL)** Segundo o IBGE, em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 5 distrito: Serra, Calogi (ex-Itapocu), Carapina, Nova Almeida e Queimado, e assim permanece em divisão territorial datada de 2009.

A extensão territorial do município é de 552 Km², tendo 409,267 habitantes, (conforme IBGE). O índice de pobreza e desigualdade em 2003 na Serra foi de 30, 60%, comparado com Vitória que foi de 11, 26%.

A Serra é um dos Municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, sendo o maior em extensão. Em segundo lugar está Viana, em terceiro Cariacica, e quarto lugar Vila Velha. Dos cinco, a capital Vitória é o menor Município em superfície.

As indústrias como a Companhia Siderúrgica de Tubarão, CST; a Companhia Vale do Rio Doce, bem como o Centro Industrial de Vitória, o CIVIT, tem sua sede situada no município de Serra. Também se situam na Serra os Portos internacionais de Tubarão e Praia Mole.

Em contraste com a industrialização existe o rico folclore e as belezas naturais, com os 23 km de praias, destacando-se Jacaraípe, Manguinhos, Carapebus e Nova Almeida.

Já Vitória capital do Espírito Santo no Art. 1º, § 4º A cidade de Vitória é a sede do governo e da o nome ao Município (**LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE VITÓRIA**). Foi fundada assim como o próprio estado, 34 anos depois de o Brasil ter sido descoberto, em 1500 pelos portugueses, com a exploração da região e a busca por um local mais seguro contra os ataques dos índios e de estrangeiros no sopé do morro da penha em Vila Velha, os portugueses seguiram, então, pela baía de Vitória e, contornando a ilha, aportaram em Santo Antonio. Vitória em seus 300 anos iniciais foi uma vila-porto, tendo que enfrentar franceses e ingleses que viam atrás de açúcar e de pau-brasil. Vitória é uma das três capitais mais antigas do Brasil, estando atrás apenas de Recife e Salvador.

Em 8 de setembro de 1551, com a vitória dos portugueses contra os índios Goitacazes, passaram a chamar o local de ilha de Vitória. Teve sua emancipação política de município em 24 de fevereiro de 1823, por um decreto de Lei Imperial onde concedeu Fórum de Cidade a Vitória. Os índios chamavam a ilha de Vitória de Guaninira ou “ilha do Mel” pela beleza de sua geografia e de seu clima, com a baía de águas viscosas e manguezal repleto de moluscos, peixes, pássaros e muita vida.

Vitória além de ser chamada de “ilha do Mel” também foi chamada de “Cidade Presépio do Brasil”, isso no século XX, com a ocupação dos morros onde as luzes das casas refletia nas águas da baía, e logo depois passou a ser chamada de “Delícia de ilha”. Com uma canção do compositor Pedro Caetano, que compôs uma canção que virou hino emocional da cidade, Vitória passou a ser chamada de “Vitória cidade sol”.

Com as transformações e mudanças ocorridas no Estado a partir de meados do século XX, a cidade de Vitória teve sua ocupação urbana estendida por grande parte da ilha e avançou em direção continental do município.

A ilha de Vitória é composta de um arquipélago de 33 ilhas e por uma porção continental, totalizando 93,38 quilômetros quadrados. Possui sete pontes que interligam a

ilha de Vitória ao continente. Possui uma população segunda a estimativa do IBGE (2015) de 355.875 habitantes, é o centro da Região Metropolitana, que congrega mais seis municípios- Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana. Está localizada estrategicamente na Região Sudeste, próximo dos grandes centros urbanos do país. Limita-se ao Norte com o município da Serra, ao Sul com Vila Velha, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com o município de Cariacica. E circundada pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, apresenta em seu município ilhas, encostas enseadas, manques e praias.

Segundo o plano local sustentável dos municípios capixabas, nos últimos 30 anos, a economia capixaba apresentou uma taxa de crescimento elevada, superior à média brasileira: 6,2% anuais no estado do Espírito Santo contra 4,1% anuais do Brasil. No entanto, o crescimento concentrou-se predominantemente na Região Metropolitana da Grande Vitória, no bojo da implantação de grandes projetos de industrialização. A Vale e a Arcelor-Mittal são exemplos destes projetos.

Vitória teve seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita o maior entre as capitais no país em 2009 segundo o balanço nacional divulgado pelo IBGE. O PIB per capita foi de R\$ 61.790. Em segundo lugar, vem Brasília, com R\$ 50.438 e São Paulo em terceiro com R\$ 35.272. E o segundo ano consecutivo que Vitória lidera o PIB per capita entre as capitais. Isso ocorreu segundo o pesquisador do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Leonardo Leite, porque Vitória é uma capital pequena comparada com as outras capitais, com isso ela acaba gerando muita riqueza.

Se compararmos o município da Serra com a capital Vitória, Serra possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,739, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,844, seguida de Renda, com índice de 0,720, e de Educação, com índice de 0,664.

Vitória ao contrario de Serra, possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,845, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Renda, com índice de 0,876, seguida de Longevidade, com índice de 0,855, e de Educação, com índice de 0,805.

Serra ocupa no ranking de IDHM a posição 795ª enquanto a capital Vitória ocupa a 4ª posição no ranking, posição está entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, o

maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). **(ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL).**

4. 2. MAPEAMENTOS DOS ESPAÇOS

4.2.1 “Orla Serra”.

Antes de delimitar especificamente a praia de Jacaraípe (da praia da baleia até Solemar, Rodovia ES 010 até Avenida Abdo Saadi) na Serra, foram visitadas as seguintes localidades: Praia de Nova Almeida, Capuba, Jacaraípe, Manguinhos, Bicanga e Carapebús. Porém na época do mapeamento, desses espaços visitados, somente Jacaraípe oferecia a possibilidade da coleta de dados conforme o protocolo utilizado. Atualmente a oferta de atividades nos demais espaços têm aumentado, mas não entraram neste trabalho.

Foram mapeadas cinco (5) práticas corporais, destas, a quantidade de práticas corporais de esporte e lazer foram duas (2), as demais foram relacionadas a práticas corporais voltadas para a saúde, e dentro das duas (2) práticas de esporte e lazer mapeadas, conseguimos entrevistar apenas um (1).

A entrevista e aplicação de questionário realizada se encaixaram conforme o protocolo, pois eram atividades a que ocorriam há mais de um ano.

As práticas corporais praticadas se apresentam da seguinte forma, uma (1) de prática com bicicleta e uma (1) de surf. Os gêneros dos responsáveis pelas atividades foram dois (2) Masculinos.

Os grupos sociais atendidos foram: Crianças (1), Adolescentes (1), Jovens (2), Adultos (2) e Idosos (1). Todos atendem os gêneros masculino e feminino.

No quadro a seguir apresentamos a ocorrência dos dias da semana de atividades, além dos turnos diários de atendimento:

Quadro 1- Ocorrência dos dias de atendimento das práticas corporais na Orla da Serra

Dias	Ocorrência de dias	Manhã	Tarde	Noite
Segunda	2	2	0	1
Terça	2	2	0	1
Quarta	2	2	0	1
Quinta	2	2	0	1
Sexta	2	2	0	1

Após o mapeamento na Orla da praia de Jacaraípe no município de Serra, e de acordo com o protocolo, observamos as atividades com prática de esporte e lazer da mesma, entretanto, só conseguimos aplicar o questionário e a entrevista semi-estruturada para o responsável por uma das atividades. Destacamos que esse responsável, trabalha com aulas particulares e concomitantemente tem uma empresa que presta serviço a um projeto social mantido por uma ONG (Rede Alsa)

A atividade discriminada foi a aula de Surf, entretanto o projeto social oferece outras atividades que serão mencionadas no decorrer da entrevista. Para facilitar a análise e compreensão das respostas do questionário designamos (S) para aulas particulares de Surf e (P) para aulas do Projeto Social, na Onda do Futuro(ideia dada pelo entrevistado), o que permite diferenciar e categorizar tais respostas.

Inicialmente fizemos uma pequena entrevista semi-estruturada, apresentaremos a entrevista em forma de texto para melhor visualização das respostas. A pergunta inicial foi "Relate-nos como foi o início da prática que o SR (a) desenvolve no espaço e o entrevistado respondeu: que era formado em Educação Física e por ser surfista, fez um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), sobre as escolinhas de surf no Espírito Santo, inclusive pesquisou uma que funcionava na orla de Jacaraípe, e que hoje está fechada.

A segunda pergunta foi "Relate-nos sobre as dificuldades ou facilidades de se instalar nesse espaço" o entrevistado contou sobre as facilidades, que a praia de Solemar, em Jacaraípe, é a melhor para a prática do Surf, e que ele já morava na região, mencionou inclusive que morava na casa onde hoje funciona a sede do projeto e a escolinha de Surf, quanto as dificuldades, o preconceito com a imagem do surfista em tempos atrás, mas que a realidade mudou sobretudo a partir da divulgação e da vitória do mundial do Surf, por um brasileiro, o Gabriel Medina.

A Terceira pergunta "Conte-nos sobre as estratégias que o Sr (a) usou para manter o funcionamento de sua prática." (Saber se há cobrança, e os desdobramentos dessa cobrança), o entrevistado disse que em relação a (P), a princípio, buscou contato nas escolas da redondeza, juntamente com as diretoras, para autorização da divulgação e da participação dos alunos no projeto. No que se refere a (S), e escolinha tornou-se referência e "acaba que as pessoas conhecem, por saber que outras pessoas participam do projeto que atende hoje, com crianças da comunidade com atividades de Capoeira, teatro, Oficina de Áudio e Vídeo, Educação Ambiental (e quem ministra essa oficina/aula é uma professora de Biologia),

Esportes de Areia, envolvendo atividades como: Peteca, Futebol, Vôlei, Queimada, Frescobol, Slackline), mencionou que o projeto, através da ONG, recebe incentivo da Prefeitura e é mantido pela instituição Banestes.

A quarta pergunta "conte-nos sobre as estratégias de divulgação do trabalho", segundo ele essa resposta se relaciona com a da pergunta anterior, uma vez que houve divulgação das escolas, e a escolinha já virou referência e todo mundo na comunidade e bairros adjacentes sabem localizar, (no dia que fui fazer a entrevista, uma criança me informou a localidade). Além de fotos em redes sociais.

A quinta pergunta foi "Qual o perfil de público que aderiu a sua prática, para (P) crianças e adolescentes de escolas públicas municipais de Serra, e para (S), pessoas de todas as idades, masculino e feminino e que possam pagar a aula.

A sexta pergunta foi "Conte-nos sobre as estratégias, se há, para agregar pessoas à sua prática, que estão fora do perfil." Conforme já mencionado pelo entrevistado, em geral as pessoas é que procuram a prática e a escolinha de Surf, sendo assim, só procura quem tem o perfil e/ou gosta do esporte.

A sétima pergunta, "Considerando que sua prática ocorre em espaço público, como você dialoga com o setor público (governo) para o bom funcionamento da sua prática?" O entrevistado respondeu que o diálogo é através do projeto, que a Prefeitura apoia e tem um bom relacionamento. Mas discorda com algumas ações da prefeitura, visto que a mesma poderia colaborar mais, fora da entrevista, o sujeito mencionou, que a "Prefeitura, através de suas ações, até 'gosta' da ação do projeto, visto que o mesmo, oferta algo que deveria ser oferecido pela mesma.

O gênero do responsável é masculino, o grupo social atendido por (P) são crianças em idade escolar, masculino e feminino, e para (S) crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, masculino e feminino, isto é, qualquer pessoa que contrate o serviço da aula, em geral há pessoas de todas as idades conforme mencionado pelo entrevistado.

Em relação aos dias e horários de atendimento, para (P) os dias são, terças, quartas e quintas, no horário matutino e vespertino, já para (S) todos os dias da semana, preferencialmente no horário matutino, de acordo com a disponibilidade do aluno. Segundo o entrevistado, as aulas não acontecem no horário noturno, devido a iluminação e devido as condições do mar.

4.2.2. “Orla Vitória”

Para este mapeamento foram visitados os seguintes espaços: Praia de Camburi (única praia localizada na parte continental da cidade, com 6 km de extensão, sendo a maior do município, entre os bairros Jardim Camburi, Mata da Praia e Jardim da Penha, ao longo da Avenida Dante Michelini), Praia da Canto e Curva da Jurema.

Os grupos sociais atendido foram: Adultos, atendendo o gênero masculino e feminino. As atividades ocorrem nas segundas e quartas feiras no horário das 19h às 21h e aos sábados de 8h30 às 11h.

Foram mapeadas dezoito (18) práticas corporais, destas, a quantidade de práticas corporais de esporte e lazer foram seis (6), as demais foram relacionadas a práticas corporais voltadas para a saúde, e dentro das seis (6) práticas de esporte e lazer mapeadas, conseguimos entrevistar cinco (5).

Entre as cinco (5) entrevistas realizadas, duas (2) foram excluídas pela margem de corte da pesquisa, pois eram atividades que ocorriam a menos de um ano.

Entre as entrevistas realizadas as modalidades praticadas foram duas (2) de futebol de areia e uma (1) de vôlei de praia. O gênero dos responsáveis pelas atividades foram uma (1) Feminino e três (3) Masculino. Há mais de um responsável em uma modalidade, a de vôlei de praia.

Os grupos sociais atendidos foram: Crianças (3), Adolescentes (2), Jovens (2), Adultos (2) e Idosos (1). Todos atendem os gêneros masculino e feminino.

No quadro a seguir apresentamos a ocorrência dos dias da semana de atividades, além dos turnos diários de atendimento:

Quadro 2- Ocorrência dos dias de atendimento das práticas corporais na Orla de Vitória

Dias	Ocorrência de dias	Manhã	Tarde	Noite
Segunda	3	0	1	3
Terça	2	0	1	2
Quarta	2	0	1	3
Quinta	2	0	1	2
Sexta	1	0	1	1

Obs.: Há uma concentração de atividades na segunda e na quarta no período noturno, enquanto que nas terças e quintas há um equilíbrio entre tarde e noite.

4.2.3. “Parques Serra”

No município de Serra foram visitados os seguintes espaços: Parque da Cidade, (localizado, entre a Avenida Guarapari, Rua Anchieta e Rodovia Norte Sul, divisa entre o Parque Residencial Laranjeiras e Valparaíso) e o Jardim Botânico Horto da Serra (localizado na Rua Aldary Nunes, Serra)

Foram mapeadas quatro (04) práticas corporais no Parque da Cidade, sendo três (03) de caráter público e duas (02) de caráter privado. Essa última se tratava de uma intervenção com aulas de tênis (de quadra) realizadas de forma assistemática, de acordo com demandas de usuários singulares. Infelizmente não pudemos contar com a colaboração do responsável por essa intervenção. Nesse sentido, para os demais aspectos utilizaremos somente os dados documentais.

Já no Jardim Botânico Horto de Serra não foi analisado, pois na época da coleta dos dados, não havia atividades sistematizadas correspondentes ao protocolo.

4.2.4. “Parques Vitória”

No município de Vitória, foram visitados os seguintes espaços: “Parque Moscoso (Avenida República, Centro.) e Parque Pedra da Cebola (entre as ruas Ana Vieira Mafra e João Batista Celestino, e para acesso ao estacionamento Avenida Fernando Ferrari).

No Parque Moscoso também não foram encontradas atividades sistemáticas, de acordo com o protocolo utilizado.

Já no Parque Pedra da Cebola, foram mapeadas onze (11) práticas corporais, destas, a quantidade de práticas corporais de esporte e lazer foram duas (02), as demais foram relacionadas a práticas corporais voltadas para a saúde, e dentre as duas (02) práticas de esporte e lazer mapeadas, conseguimos entrevistar um (01) sujeito responsável pela intervenção.

A atividade entrevistada foi à modalidade de Rugby, o gênero do responsável pela atividade foi masculino.

4.3 (Não) ocorrência da relação público-privado:

4.3.1 “Orla da Serra”

As evidências apontam que a relação público-privado é bastante frágil, considerando aspectos relacionados a regulamentação do espaço, a tributação, a fiscalização e incentivos uso da força.

Quando perguntamos sobre o início da prática que o responsável pela atividade desenvolvia no espaço público, ou seja, para a instalação da prática, as respostas mais fortes foram relacionadas a percepção que o espaço estava sem uso em determinados horários e com uso em outros por outra modalidade, sendo bom para a sua prática e havia demanda, portanto, o responsável simplesmente colocou anúncio de oferta e iniciou. Sendo que alguns responderam de maneira mais tímida, que fizeram contato com órgãos públicos para ver se era permitido usar o espaço.

Ao ser questionado a respeito de sua prática ocorrer em espaço público, portanto quais estratégias eram usadas para o contato com o setor público (governo) para o bom funcionamento da sua prática, a resposta apontou incidência de acordo com S1"(P), 'o projeto oferece atividades que deveriam ser ofertadas pela Prefeitura, para a comunidade, no espaço público' comentário do entrevistado

Já quando perguntamos quanto a existência de mecanismos de controle e fiscalização por parte do poder público, a maioria afirmou que "acontece e sou favorável, porque é justo para quem está pagando, dá seriedade ao trabalho e seleciona quem tem qualidade ou não para trabalhar."

Apesar de afirmarem ocorrer fiscalização, quando perguntamos se em alguma vez ocorreu qualquer tipo de fiscalização no uso do espaço, ou questionamento quanto à cobrança para este uso, informaram que há relato de visita de órgãos municipais, estaduais 'Corpo de Bombeiros' e conselhos profissionais.

E quando questionamos sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde suas práticas acontecem e o uso por outros sujeitos, nos informaram que S1 "o sujeito informou que a escolinha e o projeto já se tornaram uma referência no local, e que realizam uma atividade que deveria ser ofertado pela prefeitura, e que a comunidade respeita e admira o trabalho, uma vez que está no local há 10 (dez) anos."

4.3.2 “ Orla de Vitória”

As evidências apontam que a relação público-privado é bastante frágil, considerando aspectos relacionados a regulamentação do espaço, a tributação, a fiscalização e incentivos.

Quando perguntamos sobre o início da prática que o responsável pela atividade desenvolvia no espaço público, ou seja, para a instalação da prática, as respostas mais fortes foram relacionadas a percepção que o espaço estava sem uso em determinados horários e com uso em outros por outra modalidade, sendo bom para a sua prática e havia demanda, portanto, o responsável simplesmente colocou anúncio de oferta e iniciou. Sendo que alguns responderam de maneira mais tímida, que fizeram contato com órgãos públicos para ver se era permitido usar o espaço.

Ao serem questionados a respeito de sua prática ocorrer em espaço público, portanto quais estratégias eram usadas para o contato com o setor público (governo) para o bom funcionamento da sua prática, as respostas apontaram maior incidência de um contato informal com pessoas que são do poder público, conseguindo assim uma autorização informal (de boca) das mesmas para funcionar. Porém alguns disseram constituir grupo de sujeitos que trabalham no espaço, participando de reuniões e encontros que se propõem regular o uso dos espaços.

Já quando perguntamos quanto a existência de mecanismos de controle e fiscalização por parte do poder público, a maioria afirmou que não acontece, que cada um trabalha no espaço e se mantém pela qualidade do seu trabalho.

Apesar de afirmarem não ocorrer fiscalização, quando perguntamos se em alguma rara vez ocorreu qualquer tipo de fiscalização no uso do espaço, ou questionamento quanto à cobrança para este uso, informaram que há relatos de visita de órgãos municipais e conselhos profissionais.

E quando questionamos sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde suas práticas acontecem e o uso por outros sujeitos, nos informaram que a antiguidade é posto, quem está trabalhando a mais tempo tem direito ao espaço, quem chega depois que procure outro. Sendo que alguns disseram que o espaço é público e não tem regulamentação específica, portanto, em cada dia de trabalho, quem ocupa primeiro tem a prioridade.

4.3.3 “Parque Serra”

De acordo com o descrito no protocolo acima citado, não houve incidências de práticas de atividades de esporte e lazer nos parâmetros.

4.3.4 “Parque de Vitória”

As evidências apontam que a relação público-privado é bastante frágil, considerando aspectos relacionados a regulamentação do espaço, a tributação, a fiscalização e incentivos e uso da força.

Quando perguntamos sobre o início da prática que o responsável pela atividade desenvolvia no espaço público, ou seja, para a instalação da prática, a resposta mais forte foi (RQ8) percebeu que o espaço estava sem uso em determinados horários, e com uso em outros horários por outra modalidade, sendo bom para a sua pratica e havia demanda, o responsável colocou o anuncio de oferta e iniciou, não havendo contato com órgãos públicos para ver se era permitido usar o espaço.

Ao serem questionados a respeito de sua prática ocorrer em espaço público, portanto quais estratégias eram usadas para o contato com o setor público (governo) para o bom funcionamento da sua prática, a resposta do entrevistado apontou incidência de uma solicitação de autorização por escrito em órgão responsável pelo controle e, após pagar o que e cobrado, recebe autorização para trabalhar no espaço.

Já quando perguntado quanto a existência de mecanismos de controle e fiscalização por parte do poder público, o entrevistado afirmou que não acontece, que cada um trabalha no espaço e se mantém pela qualidade do seu trabalho.

Apesar de afirmar não ocorrer fiscalização, quando perguntado se em alguma rara vez ocorreu qualquer tipo de fiscalização no uso do espaço, ou questionamento quanto à cobrança para este uso, informou que há relatos de visita de órgãos municipais e conselhos profissionais.

E quando questionado sobre questão gerais que envolvem o uso do espaço onde suas praticas acontecem e o uso por outros sujeitos, nos informou que sendo que alguns disseram que em caso de conflito quanto ao espaço, pode-se negociar usos alternados em horários diferentes.

4.4 (Não) incidência sobre os direitos sociais constitucionalmente estabelecidos:

4.4.1 “Orla da Serra”

As evidências apontam que a forma como as intervenções são feitas tem pouca possibilidade de se efetivarem como políticas públicas (em parceria com o estado), a favor dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos. Entretanto a orla de Serra apresenta potencialidades, sobretudo a partir das relação que o Projeto Social se insere.

Ao perguntarmos sobre as dificuldades ou facilidades de se instalar neste espaço, o responsável disse que "houve facilidade porque no espaço não existem atividades ofertadas pelo Poder Público, e há pessoas interessadas nas práticas, uma vez que há carência dessas práticas também em outros espaços públicos ou privados."

Já ao serem questionados sobre as estratégias que os responsáveis usam para manter o funcionamento da prática, nos responderam que o funcionamento das atividades é mantido pelo pagamento dos praticantes, sem qualquer participação da prefeitura ou de outro órgão público, e que havia patrocínios e parcerias com outras instituições (clubes, colégios, associações, etc). Além disso, há promoções para captar interessados, tais como 'pacotes' entre duas ou mais pessoas da mesma família, descontos para pessoas com menor renda, etc. Comentou ainda que "A prática da aula particular levou a prática do esporte para a comunidade" de acordo com o entrevistado.

Sobre o perfil sócio-econômico dos indivíduos que aderiram a proposta de atividade dos responsáveis, nos informaram que para (S) a maioria era de classe alta e média alta, sem informação real da renda, mas quanto a local de residência e posse de bens que indicam o alto poder aquisitivo; porém, com bom número de participantes oriundos de outras classes sociais identificados pelos mesmos critérios de local de residência e posse de bens (P).

Ainda falando sobre o perfil sócio-econômico dos clientes, questionamos se existem estratégias para agregar pessoas com outros perfis, a fim de aumentar o número de praticantes, e responderam que "Busquei patrocinadores que pagassem o custo da pessoa interessada. 'No caso do projeto aumento de demanda' de acordo com o entrevistado."

E sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde as práticas acontecem, os responsáveis informaram que seria muito bom fazer parcerias formais com o poder público, em que houvesse regulação do uso dos espaços e possibilidade de convênios com financiamento público para as atividades desenvolvidas, ampliando assim o número de praticantes que não podem pagar, mesmo permanecendo como iniciativa privada, apesar de já contar com o poder público através da Ong, que oferece o projeto (P).

4.4.2 “Orla de Vitória”

As evidências apontam que a forma como as intervenções são feitas tem pouca possibilidade de se efetivarem como políticas públicas (em parceria com o estado), a favor dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

Ao perguntarmos sobre as dificuldades ou facilidades de se instalar neste espaço, os responsáveis disseram que houve facilidade porque no espaço não existem atividades ofertadas pelo Poder Público, e há pessoas interessadas nas práticas, uma vez que há carência dessas práticas também em outros espaços públicos ou privados.

Já ao serem questionados sobre as estratégias que os responsáveis usam para manter o funcionamento da prática, nos responderam que o funcionamento das atividades é mantido pelo pagamento dos praticantes, sem qualquer participação da prefeitura ou de outro órgão público, e que havia patrocínios e parcerias com outras instituições (clubes, colégios, associações, etc). Alguns disseram que há promoções para captar interessados, tais como 'pacotes' entre duas ou mais pessoas da mesma família, descontos para pessoas com menor renda, etc.

Sobre o perfil sócio-econômico dos indivíduos que aderiram a proposta de atividade dos responsáveis, nos informaram que a maioria era de classe alta e média alta, sem informação real da renda, mas quanto ao local de residência e posse de bens, indicavam alto poder aquisitivo. Com menos força houve a resposta que não era identificada a classe social, pois não há controle sobre isso, porém, aparentemente todos têm condições de pagar os valores cobrados.

Ainda falando sobre o perfil sócio-econômico dos clientes, questionamos se existem estratégias para agregar pessoas com outros perfis, a fim de aumentar o número de praticantes, e responderam que permitiam fazer uma aula experimental para provocar o gosto pelo 'quero mais', sendo que com menos intensidade surgiu a resposta do feitio de promoções do tipo: quem trazer mais uma pessoa, ganha desconto.

E sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde as práticas acontecem, os responsáveis informaram que seria muito bom fazer parcerias formais com o poder público, em que houvesse regulação do uso dos espaços e possibilidade de convênios com financiamento público para as atividades desenvolvidas, ampliando assim o número de praticantes que não podem pagar, mesmo permanecendo como iniciativa privada.

4.4.3 “Parque Serra”

Não encontramos planejamentos e execuções oficiais das políticas de utilização dos Parques de Serra-ES para as práticas de atividades corporais, deste modo, passamos a considerar para a análise outras fontes de informação previstas na metodologia e coletadas em campo.

Mediante os dados obtidos, os resultados podem ser apresentados, considerando os seguintes aspectos:

4.4.4 “Parque de Vitória”

Os dados coletados evidenciam que, as intervenções que são feitas tem pouca possibilidade de se tornarem políticas públicas, isto é, a partir da parceria com o estado, a favor dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

Ao perguntarmos sobre as dificuldades ou facilidades de se instalar neste espaço, o responsável disse que houve facilidade, porque o espaço é público. Então basta ter habilidades (conhecer as modalidades) para oferecer as atividades, pessoas interessadas em praticar e escolher um local para se instalar. Nesse espaço não existem atividades ofertadas pelo Poder Público e há pessoas interessadas nas práticas, uma vez que há carência dessas práticas também em outros espaços públicos ou privados.

Já ao serem questionados sobre as estratégias que os responsáveis usam para manter o funcionamento da prática, nos respondeu que o funcionamento das atividades é mantido pelo pagamento dos praticantes, sem qualquer participação da prefeitura ou de outro órgão público, e que havia promoções para captar interessados, tais como: “pacotes” entre duas ou mais pessoas da mesma família, descontos para pessoas com menor renda.

Sobre o perfil socioeconômico dos indivíduos que aderiram a proposta de atividade do responsável, nos informou que não se identifica a classe social, porque não há controle sobre isso, porem, aparentemente todos tem condições de pagar os valores cobrados

Ainda falando sobre o perfil socioeconômico dos clientes, questionamos se existem estratégias para agregar pessoas com outros perfis, a fim de aumentar o número de praticantes, e respondeu que buscava divulgar a prática que oferece para as pessoas que praticam outras modalidades, seduzindo-as a ampliar e diversificar suas práticas, permitindo fazer uma aula experimental para provocar o gosto pelo 'quero mais',

E sobre questões gerais que envolvem o uso do espaço onde as práticas acontecem, o responsável informou que seria muito bom fazer parcerias formais com o poder público, em que houvesse regulação do uso dos espaços e possibilidade de convênios com

financiamento público para as atividades desenvolvidas, ampliando assim o número de praticantes que não podem pagar, mesmo permanecendo como iniciativa privada.

5. CONCLUSÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto no decorrer deste trabalho, no que tange as orlas, notamos que o esporte e lazer, tornaram-se assuntos relevantes nas discussões acadêmicas e gestão pública, essencialmente após a Constituição Federal de 88, ao considerá-los direitos de todos os cidadãos. E vemos historicamente, as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, apresentarem as características de seletividade, fragmentação, exclusão, setorialização e assistencialismo (BONALUME, 2011). Assim, nesta pesquisa que a orla privilegiada fragmenta a população, seleciona os possuidores de mais recursos e exclui aqueles que não têm condições financeiras, deixando um ente privado atuar sem regulamentação, e os praticantes serem apenas os que podem pagar, mesmo em zona pública.

Há o crescimento de políticas de governo neste setor, especialmente nos últimos anos sustentadas no direito social garantido constitucionalmente (BORGES et al., 2009; AREIAS; BORGES, 2011), e no caso específico de Vitória-ES, vemos o SOE (Serviço de Orientação ao Exercício), como proposta que apareceu nos nossos mapeamentos e tem como característica exclusiva a oferta pública de práticas corporais com foco na promoção da saúde.

A orla de Vitória apresenta-se consideravelmente mais desenvolvida, mais frequentada e com aparato no que se refere a infra-estrutura, possibilitando maior possibilidade de oferta de atividades, pela extensão e dinâmica da própria orla, de Camburi a Curva da Jurema, observa-se públicos diferenciados frequentando o espaço ao longo da mesma. A questão da iluminação, do policiamento, do projeto da rua de lazer nos domingos e feriados, torna o ambiente mais acessível, entretanto, mesmo assim a maior parcela que frequenta é de moradores das proximidades.

Pode-se observar uma pequena quantidade de intervenções pela iniciativa privada na Orla de Jacaraípe (sobretudo devido a inclinação de parte da orla, a falta de iluminação) ocupando espaço e tempo, da mesma forma, parece haver uma demanda considerável de pessoas que buscam práticas, na maioria das vezes voltadas para o âmbito da saúde, entretanto as práticas de lazer são rotineiras.

Para o interesse deste trabalho no âmbito do esporte e lazer, sabe-se que a orla de Jacaracipe-Serra, não apresenta módulos de orientação ao exercício, poderia haver um maior número de intervenções, o que nos permite inferir a insuficiência de atendimento e promoção de práticas regulares de esporte e lazer de forma pública e gratuita a um número considerável de cidadãos da cidade.

Já no mapeamento realizado nos parques, pode-se observar uma quantidade considerável de intervenções por iniciativa privada tanto no Parque da Cidade quanto no Parque Pedra da Cebola e no Parque Moscoso, ocupando espaço e tempo, da mesma forma, parece haver uma demanda considerável de pessoas que buscam práticas orientadas de saúde e, para o interesse desse trabalho, esporte e lazer.

Entretanto por se tratar de municípios diferentes, organizadamente distintos em termos de arrecadação, renda per capita, densidade demográfica, políticas públicas de Esporte e Lazer e etc, no Parque da Cidade possui módulo do Programa de orientação de atividades físicas (PROEF), enquanto em Vitória encontramos um programa mais antigo, que apresenta maior número de módulos e atendimentos, e já consolidado e integrado a “Rede Bem Estar” assim, os Parques de vitória possuem dois (02) módulo do serviço de orientação ao exercício (SOE), sendo um (01) modulo no parque da pedra da cebola e um (01) modulo no parque Moscoso.

Enquanto política pública, esse quantitativo frente ao número de intervenções que mapeamos é claramente insatisfatório, o que nos permite inferir insuficiência de atendimento em práticas regulares de esporte e lazer de forma pública e gratuita a um número considerável de cidadãos da cidade. Mas, como o atendimento é realizado por iniciativas privadas, sugere-nos a indagação: qual a relação entre o poder público e os intervenientes privados? Esse questionamento nos conduz a discutir o segundo aspecto da seção anterior, e que mais instiga quanto às questões gerais do estudo realizado.

Nesse primeiro aspecto, os dados evidenciam que a relação público-privado é bastante frágil, tanto nas orlas, quanto nos parques, considerando o que se relaciona com a regulamentação do espaço, a tributação, a fiscalização e incentivos e uso da força.

Segundo Burdeau (1977), no Estado moderno foram constituídas estratégias para a manutenção do seu monopólio, sobretudo as burocracias administrativas e as forças militares para garantir a unidade de leis e formas de justiça pública, Mas, somente a partir do século XVII, com a estruturação de sistemas tributários e com a promoção da unidade idiomática, foi acentuada a distinção entre o público e o privado, com o monopólio da criação e produção do direito passando para o domínio do Estado. Weber (1994) já havia dito que o somente o Estado tem a prerrogativa do uso legítimo da força e, Burdeau (1977) corrobora, afirmando ainda que o Estado tem o poder da tributação. No exercício da segunda prerrogativa mencionada, muitas vezes o Estado faz uso da primeira, e o faz por meio do poder de polícia, inclusive com discricionariedade.

Trata-se de uma prerrogativa administrativa de agir dentro dos limites da lei (sem arbitrariedade), sem a necessidade de intervenção do judiciário poder de tributação esse uso é apropriado pelo Estado.

Ainda segundo o autor anteriormente mencionado, o Poder do Estado, nas prerrogativas que mencionamos acima, efetiva-se por meio da ação de seus servidores, sempre dentro dos limites da lei, sobretudo na consideração da dicotomia do direito público-privado. Os dados de nosso estudo nesse sentido parecem evidenciar ausência do Estado na regulamentação do espaço público.

Portanto, aspectos relacionados à tributação não são considerados, se considerarmos que as intervenções realizadas com práticas corporais promovem taxação de seus serviços, o cidadão faz uma contribuição que não chega aos cofres públicos, não permitindo que seja realizado o mecanismo de redistribuição, conforme nos mostrou Elias (1993), o que segundo o autor é fator importante no processo civilizador.

Uma evidência constatada, é que, diante da não regulamentação de tributação, acontece também a ausência de fiscalização. Nas nossas visitas, encontramos algumas práticas no uso da Orla de Jacaraípe, tanto sistemáticas e contínuas, como assistemáticas e esporádicas, que revelaram certa ausência de fiscalização e controle por parte do Poder Público no uso desse espaço. Portanto, não somente há ausência da tributação, como também da fiscalização.

Entretanto como o atendimento é feito pela iniciativa privada e por uma ONG sugere-nos a indagação: qual a relação entre o poder público e os intervenientes privados? Esse questionamento nos conduz ampliar a discussão do segundo aspecto da seção anterior, isto é, diante da ausência do Estado no controle de uso dos espaços públicos, como pensar na promoção de políticas públicas em parcerias com o a iniciativa privada?

Ao propormos essa questão direcionamos nossa discussão para o segundo aspecto que é mostrado pelos nossos dados. De acordo com nossa percepção, as evidências apontam que da forma como as intervenções de iniciativa privada são feitas há pouca possibilidade de se efetivarem como políticas públicas (em parceria com o Estado). Contudo, no que tange a orla de Jacaraípe na Serra e na Orla de Vitória existem potencialidades de aumento das práticas ofertadas pelo projeto social e das demais iniciativas particulares uma vez que o número de pessoas atendidas pode aumentar, e ainda ser ofertada para outras orlas do município e nas localidades já oferecidas, respectivamente.

Olios (2014) já afirmava que a ação do Estado para implementar intervenções com práticas corporais no espaço público não necessitaria de infraestrutura e pessoal próprios dos

quadros públicos. Poderiam ser realizadas parcerias com a iniciativa privada estabelecendo requisitos que beneficiassem ao interessado na intervenção e também aos interesses públicos.

Walter (2004), destacou três fatores importantes para a compreensão da formação da estrutura de esporte e lazer municipais, sendo: a criação de espaços públicos; a influência do planejamento urbano da cidade nas práticas esportivas desenvolvidas; e a proposta de descentralização das ações de esporte e lazer.

Onde o poder público não atua, a iniciativa privada vem e ocupa, e esta presença privada nos espaços públicos pode trazer, segundo Matos (2001), um caráter de mercadoria ao espaço urbano, trazendo elementos de privatização, comercialização do espaço urbano. Sendo assim, o poder público precisa de uma visão ampla e integrada para utilizar o espaço urbano em prol da população, garantindo o acesso às práticas de esporte e lazer para todos os cidadãos nestes espaços públicos (MARCELLINO, 2007).

Quando isso não ocorre na forma apresentada, segundo Oliosi (2014), há grande potencial para que as ações ocorram baseadas na tradição de clientelismo e patrimonialismo que se estabelece na história da relação entre público e privado na história do Brasil.

Com dissemos na discussão do primeiro aspecto, percebemos que a ocorrência da relação público-privado é frágil, visto que os responsáveis simplesmente chegaram aos espaços e começaram suas atividades, sendo estas com mais de um ano de duração. Alguns poucos tentaram contato com órgãos públicos, mas a autorização que disseram ter ocorrido. Além de informarem não haver fiscalização, mas há visitas de órgãos municipais, estaduais (Corpo de Bombeiro) e conselhos de classe.

Se lembrarmos ainda, as considerações de Borges et al (2009), e de Areias e Borges (2001), mesmo com o crescimento da oferta de políticas públicas, há ainda imensa carência de atendimento aos direitos sociais de esporte e lazer, o que poderia ser potencializado por meio das parcerias com as intervenções da iniciativa privada.

Portanto, em relação aos direitos sociais ao esporte e lazer, constitucionalmente estabelecidos, notamos não haver esta incidência, pois os colaboradores no nosso estudo informam que há poucas atividades ofertadas pelo Poder Público, embora existam pessoas interessadas nestas atividades. Desta forma, também há um pequeno auxílio por parte do governo para o desenvolvimento das modalidades, sendo o perfil mais identificado o de classe alta e média alta, permanecendo nas atividades, em quase hegemonia, aqueles que têm condições financeiras de pagar.

Pessoas de outros perfis têm direito apenas a uma 'aula experimental' e caso capte outros participantes, pode haver um desconto. Por outro lado, notamos que os responsáveis se

mostraram abertos à formalização das atividades com o Poder Público, constituindo regulação, convênios e ampliação dos praticantes mesmo entre os que não têm condições de pagar.

No âmbito do problema estabelecido, notamos também a ausência de participação da sociedade civil. Nesse sentido, lembramos-nos de Carvalho (2008) conclamando a participação popular como forma de reversão da ausência de políticas ou da exclusão de pessoas nas já existentes. Nesse ponto, nosso estudo apresentou limitação, no que diz respeito à busca de informações junto às instituições da sociedade civil, tais como associações populares, conselhos municipais, etc.

Por fim, considerando os três aspectos discutidos, que os resultados apontam para concepções sobre espaço público como espaço para e de todos, porém, ocupado de acordo com interesses pessoais; concepção de benefícios nas parceiras e; oferta de serviços sem institucionalização e regulamentação, mostrando ausência de responsabilidades do Estado.

Acreditamos que as reflexões encontradas podem servir como contribuição para o planejamento de políticas públicas e legislação, de participação, e na relação público-privada no campo de esporte e lazer, além da relação com outras pesquisas correspondentes realizadas em outros municípios do Espírito Santo, e até mesmo em outros estados brasileiros, o que vem sendo objeto de estudo no projeto de pesquisa mais amplo que nosso grupo de estudo vem desenvolvendo, do qual este TCC é fruto.

Mencionamos ainda, que este trabalho, usa dados preliminares, produzidos através de Iniciação Científica, e que não aponta conclusões definitivas, mas considerações iniciais, num campo que tende a crescer bastante, sobretudo em tempos de se discutir, compreender, e repensar as políticas públicas, a participação popular e o próprio modelo de democracia experimentado em nosso país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREIAS, K. T. V; BORGES, C. N. F. As Políticas Públicas de Lazer na Mediação entre Estado e Sociedade: Possibilidades e Limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas - São Paulo: Autores Associados, 2011.

Artigo **6º** **da** **Constituição**.Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24/05/2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: **Serra**, ES. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4088#idh>. Acesso em 22/05/2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: **Vitória**, ES. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4088#idh>. Acesso em 22/05/2016.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores associados, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

Bens Imóveis da União. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9766.htm>. Acesso em 24/05/2016.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BONALUME, C. R. **O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer**.Licere, v. 14, n.1, Belo Horizonte, 2011.

BORGES, C. N. F. et al. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo: Políticas de Governo X Políticas de Estado. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e controvérsias. Rio de Janeiro: SBS/UFRJ, 2009.

BRUHNS, Heloisa T.; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. **Representações do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. 140 p.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. Mirasintra: Publicações Europa-América, 1977.

CABRAL, F.H.S. Desenvolvimento e terceiro setor: possibilidades globais e escolhas locais. Revista Ciriec Brasil. Salvador. V.1 n.1.2012.

CONAMA. Disponível em< <http://www.mma.gov.br/port/conama/>>. Acesso em 24/05/2016.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, J. H. **Parceria público privada na gestão municipal do lazer: encontros e desencontros na “Praça da Criança” na cidade de Mossoró/ RN.** Revista Espaço Acadêmico, ano X, n.12, 2010. p. 88-98.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** v. 2, Formação do Estado e Civilização. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FERNANDEZ, Rodrigo Nobre; CARRARO, André; MENEZES, Gabrielito. Parcerias público-privadas: Um modelo teórico aplicado a hospitais. In: **anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia.** Foz do Iguaçu/PR. Associação Nacional de Pesquisadores em Economia (ANPEC): 2011. Disponível em<<https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0006c6ec0d6af5c4ed101bcd1cd169cf7d2.pdf>> Acesso em 12 de setembro de 2015.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, Jun. 2000, pp.211-259.

História do município da Serra, Espírito Santo- Brasil. Disponível em: <[HTTP://www.recantodasletras.com.br/artigos/200517](http://www.recantodasletras.com.br/artigos/200517)>. Acesso em 20/05/2016.

LEI ORGÂNICA: **Município de Serra.** Disponível em<<http://legis.serra.es.gov/normas/image/leis/html/L0199.html>>. Acesso em 23/05/2016.

LEI ORGÂNICA: **Município de Vitória.** Disponível em<http://legado.vitoria.es.gov.br/secretarias/administracao/editais_concurso_publico/2010/003/Lei%20Org%C3%A>. Acesso em 23/05/2016.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320500&idtema=118&search=espirito-santo|serra|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>>. Acesso em 28/05/2016.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução.** Campinas, 2002. 100p.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas.** Curitiba: OPUS, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude.** Goiânia: Editora UFG, 2003.

MATOS, L. S. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINI, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

OLIOSI, L. P. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em educação Física. CEFED/Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

OLIVEIRA, V.A.R. de. PEREIRA, J.R. O público estatal e não estatal na delimitação do campo da gestão pública. In: Anais do Encontro de Administração, Políticas e Governo. Salvador/BA. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD):2012. Disponível em <

http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG176.pdf>

Acesso em 12 de maio de 2016.

PLANO LOCAL SUSTENTÁVEL dos municípios capixabas. Disponível em<http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_3/Plano_de_desenvolvimento_local_sustentavel_municipios_capixabas.pdf>. Acesso em 24/05/2016.

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm>. Acesso em 24/05/2016.

Preveitura de Vitória. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/cidade/historia-de-vitoria>>. Acesso em: 20/05/2016.

Preveitura de Vitória: **perfil socioeconomico.** Disponível em <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.as>>. acesso em 22/05/2016.

Projeto Orla. Disponível em<http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_publicacao/11_publicacao22012009042111.pdf>. Acesso em 24/05/2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTINI,R.de C. G.**Dimensões do lazer e da recreação.** São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão **da literatura**. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TV GAZETA ESPÍRITO SANTO. Disponível em: < <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2011/12/pib-capita-de-vitoria-e-o-maior-entras-capitais-do-pais-diz-ijsn.html>>. Acesso em 22/05/2016.

WALTER, M. R. **Políticas públicas e descentralização do esporte e lazer da prefeitura municipal de Curitiba:** gestão 1997-2000 e 2001-2004. 2004. 101f. Dissertação (Mestrado

em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação e, Educação Física da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. 3a ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

7. ANEXOS

PROJETO PÚBLICO PRIVADO

Protocolo de coleta de dados

O estudo de abordagem qualitativa utiliza como planos de pesquisa os estudos descritivo e explicativo. O estudo descritivo é aquele no qual se deseja descrever as características de um fenômeno, e o estudo explicativo quando se deseja analisar as causas e consequências deste fenômeno (RICHARDSON, 1999).

Os procedimentos metodológicos para coleta de dados ocorrem em quatro etapas:

- ETAPA 1) Levantamento bibliográfico: para identificar o que já foi produzido nos estudos da área sobre esta temática; e os documentos publicizados do órgão público responsável pela gestão.
- ETAPA 2) Coleta de dados por meio de mapeamento das práticas corporais orientadas¹, que se dá em dois momentos:
 - a) Primeiro momento: Identificação e registro de todas as práticas corporais desenvolvidas no espaço da delimitado para a pesquisa.

Consiste na realização sistemática de visitas ao (aos) espaço (s) delimitados para a pesquisa. Tais visitas devem ocorrer num período mínimo de duas semanas consecutivas, de forma que o pesquisador deverá visitar o local todos os dias, em variados horários, necessariamente nos turnos matutino, vespertino e noturno, para que possa identificar a incidência das práticas corporais desenvolvidas. Esse cronograma de visitas e registros devem ser feitos em quadro, conforme indicado no quadro 1. Após, as informações coletadas deverão ser compiladas formando um segundo quadro (quadro 2), que reunirá todas as práticas mapeadas.

¹ Práticas corporais orientadas são aquelas desenvolvidas sob a orientação de um interventor.

Quadro 1 – Mapeamento das práticas corporais

DATA DA VISITA:			HORÁRIO DA VISITA: DE ____ HS ÀS ____ HS		
MODALIDADE	LOCAL DE FUNCIONAMENTO	RESPONSÁVEL	TIPO DE PRÁTICA	TELEFONE	E-MAIL
Especificar a modalidade, seja ela esportiva ou circuitos, atividades de lazer, etc.	Especificar o endereço ou, quando necessário, identificar ponto de referência (como por exemplo no mapeamento de orla)	Quando identificado apenas pela observação	Aulas, treinamentos, práticas livres, com ou sem orientação de profissionais, etc.	Quando identificado apenas pela observação em placas, banners e outros	Quando identificado apenas pela observação

Quadro 2 – Práticas corporais mapeadas

	MODALIDADE	TIPO DE PRÁTICA	LOCAL	RESPONSÁVEL	DIAS DE FUNCIONAMENTO	HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO
1					Esta informação será preenchida a partir do quadro 1, considerando as observações e registros do mapeamento	Esta informação será preenchida a partir do quadro 1, considerando as observações e registros do mapeamento

2						
---	--	--	--	--	--	--

- b) Segundo momento: Aplicação de instrumento de coleta de dados aos sujeitos responsáveis pelas práticas mapeadas. A aplicação deste instrumento possibilitará a elaboração do quadro 3, que dará um panorama geral das características das práticas desenvolvidas.

Quadro 3 - Práticas orientadas mapeadas

Modalidade da atividade	Espaço da prática	Gênero do responsável	Grupo atendido	Gênero do grupo atendido	Turno de funcionamento	Dias de atendimento	Tipo de atendimento	Possui algum tipo de dispensa de pagamento	Tempo de funcionamento

- ETAPA 3) A partir destas informações será feita a definição da amostragem para posterior acompanhamento *in loco*. Será (ão) selecionado (s) para pesquisa aquele (s) sujeito (s) com mais tempo de funcionamento da prática. No caso das pesquisas que investigarão espaços onde podem ser identificados diferentes setores, serão entrevistados os sujeitos mais antigos de cada setor (a setorialização será determinada pelo pesquisador em função da particularidade do espaço). Tome-se como exemplo o caso das praias, onde se podem identificar a intervenção com práticas no mar, na areia e na orla (calçadão).

- ETAPA 4) Acompanhamento *in loco*: esta etapa consiste na realização de **observação descritiva** pelo pesquisador, na (s) prática (s) que constitui (em) a amostragem. A observação descritiva deverá ocorrer durante um período de 4 (quatro) semanas. O objetivo é o registro de informações relevantes sobre a rotina de funcionamento da prática, que possibilitarão reunir mais dados para a análise ou contrastar com os dados já coletados em outras etapas.

A UTILIZAÇÃO DAS PRAIAS COMO ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER: TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Questionário

Prezado (a) Sr. (a),

Estamos submetendo-lhe o presente instrumento de coleta de dados no projeto de pesquisa supramencionado, solicitando que nos auxilie com as informações relacionadas à sua experiência de intervenção com as práticas corporais. Trata-se de um modelo semi-aberto, isto é, há questões para ser assinaladas e também espaços para que sejam descritas ou explicadas suas assinalações, o que facilitará nossas interpretações. Ao longo do instrumento, serão fornecidas outras orientações a respeito do preenchimento e, desde já, agradecemos por sua contribuição.

1) **Atividade:** _____

2) **Gênero do responsável pela atividade:** () Masculino () Feminino

3) **Grupo social atendido:**

() Crianças () Masculino () Feminino

() Adolescentes () Masculino () Feminino

() Jovens () Masculino () Feminino

() Adultos () Masculino () Feminino

() Idosos () Masculino () Feminino

4) **Dias e horários de atendimento de atendimento:**

Dia	Turno	Horário	Turno	Horário	Turno	Horário
Segunda feira	Matutino ()		Vespertino ()		Noturno ()	
	Horário:		Horário:		Horário:	
Terça feira	Matutino ()		Vespertino ()		Noturno ()	
	Horário:		Horário:		Horário:	
Quarta Feira	Matutino ()		Vespertino ()		Noturno ()	
	Horário:		Horário:		Horário:	
Quinta Feria	Matutino ()		Vespertino ()		Noturno ()	
	Horário:		Horário:		Horário:	
Sexta feira	Matutino ()		Vespertino ()		Noturno ()	
	Horário:		Horário:		Horário:	
Sábado	Matutino ()		Vespertino ()		Noturno ()	

	Horário:	Horário:	Horário:
Domingo	Matutino () Horário:	Vespertino () Horário:	Noturno () Horário:

5) Tipo de atendimento:

- () Particular
() Público
() Misto

6) Há dispensa de pagamento para algum participante? Em caso afirmativo, qual a condição?

- () Sim () Não

7) Tempo de funcionamento da atividade (de sua intervenção):

- () Menos de 1 ano
() 1 a 2 anos
() 2 a 3 anos
() 3 a 4 anos
() Mais de 4 anos

A partir dessa seção o(a) Sr. (a) assinalará as respostas para as perguntas marcando a opção de recorrência apresentada nos quadrados, mostrando-nos com que “força” ocorre cada resposta para a mesma questão.

8) Sobre o início da prática que o Sr (a) desenvolve nesse espaço público, isto é, para a instalação da prática, o Sr. (a), diria que:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
queria iniciar as atividades e fui tentando encontrar um espaço melhor, porque já que o espaço é público, quem chega primeiro tem prioridade. Quando encontrei, coloquei anúncio e iniciei.					
percebi que o espaço estava sem uso em determinados					

horários, e com uso em outros por outra modalidade. Era bom para a sua prática e havia demanda. Colocou anúncio de oferta e iniciou.					
fez contato com os órgãos públicos para ver se era permitido usar o espaço.					
foi convidado por um ou mais sujeitos do Poder Público para desenvolver atividades naquele espaço					

Se houve outra maneira, por favor, conte-nos.....
.....
.....

9) Quanto as dificuldades ou facilidades de se instalar nesse espaço, pode-se dizer que o senhor (a):	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
Houve facilidade, porque o espaço é público. Então basta ter habilidades (conhecer as modalidades) para oferecer as atividades, pessoas interessadas em praticar e escolher um local para se instalar.					
Houve facilidade porque nesse espaço não existem atividades ofertadas pelo Poder Público e há pessoas interessadas nas práticas, uma vez que há carência dessas práticas também em outros espaços públicos ou privados.					
Houve dificuldades, porque não havia a infraestrutura: iluminação, traves, redes, mastros, pontos de energia e distribuição de água, etc; ou os locais não apresentavam boa condição de limpeza.					
Houve dificuldade, porque recebia abordagem de autoridade públicas impedindo o trabalho e era preciso conversar com essas autoridades e pedir que permitissem a continuação das atividades.					

Se houve dificuldades e/ou facilidades diferentes. Nesse caso, conte-nos.....
.....
.....
.....

10) Sobre as estratégias que o Sr (a) usou para manter o funcionamento de sua prática. Entre essas estratégias pode-se informar:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
O funcionamento das atividades é mantido pelo pagamento dos praticantes, sem qualquer participação da prefeitura ou de outro órgão público.					
Há promoções para captar interessados, tais como: "pacotes" (preço menor) entre duas ou mais pessoas da mesma família, descontos para pessoas com menor renda, etc.					
Patrocínios e parcerias com outras instituições: clubes, colégios, associações, etc.					

venda de produtos, tais como: uniformes, materiais específicos das modalidades (bolas, luvas, raquetes, etc.)					
---	--	--	--	--	--

Se houve outras estratégias, por favor, conte-nos.....
.....
.....

11) Sobre as estratégias que o Sr. (a) utilizou para a divulgação do seu trabalho. Pode-se dizer que:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
Divulgação informal (boca a boca), e Banner identificador no local das práticas com dados de contato.					
Auxílio de parceiros e patrocinadores, isto é, são esses que promovem a divulgação das atividades.					
Redes sociais; internet em geral.					
Carro som; rádios sinal aberto ou comunitárias; jornais					

Se houve outras estratégias, por favor, conte-nos.....
.....
.....
.....

12) Quanto ao perfil sócio-econômico dos indivíduos que aderiram à sua proposta:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
Classe alta e média alta, sem informação real da renda, mas quanto a local de residência e posse de bens que indicam o alto poder aquisitivo					
Classe alta e média alta, sem informação real da renda, mas quanto a local de residência e posse de bens que indicam o alto poder aquisitivo; porém, com bom número de participantes oriundos de outras classes sociais identificados pelos mesmos critérios de local de residência e posse de bens.					
Não se identifica a classe social, porque não há controle sobre isso, porém, aparentemente todos têm condições de pagar os valores cobrados.					
Há indivíduos de classes diferentes que praticam em turmas e horários diferentes, com valores de mensalidade diferentes.					

Se apresentam outro perfil, por favor, conte-nos.....
.....
.....
.....

13) Ainda quanto ao perfil sócio econômico de seus clientes. Caso tenham existido estratégias para agregar	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
---	-------------	-------	-------	-------------	------

peças com outros perfis, a fim de aumentar o número de praticantes, entre essas estratégias poderíamos encontrar as seguintes:					
Busquei patrocinadores que pagassem o custo da pessoa interessada.					
Busquei divulgar a prática que ofereço para pessoas que praticam outras modalidades, seduzindo-as a ampliar e diversificar suas práticas.					
Permito fazer uma aula experimental e provocar o gosto pelo "quero mais".					
Faço promoções, do tipo: quem trazer mais uma pessoa ganha desconto.					

Se existem outras estratégias, por favor conte-nos.....

.....

.....

.....

14) Considerando que sua prática ocorre em espaço público, o Sr. (a) mantém contato com o setor público (governo) para o bom funcionamento da sua prática utilizando algumas das seguintes estratégias?	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
Simplesmente pago taxa para ter minhas atividades funcionando e guardo recibo para mostrar na hora que sou cobrado.					
Constituo grupo de sujeitos que trabalham no espaço; participo de reuniões e encontros que se propõem regular o uso dos espaços.					
Mantenho contato informal com pessoas que são do poder público e consigo autorização informal (de boca) das mesmas para funcionar.					
Solicito autorização por escrito em órgão responsável pelo controle e, após pagar o que é cobrado, recebo autorização para trabalhar no espaço.					

Se houve outras estratégias, por favor, conte-nos.....

.....

.....

.....

.....

15) Quanto à existência de mecanismos de controle e fiscalização por parte do poder público, o Sr. (a) afirma que:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
não acontece. Cada um trabalha no espaço e se mantém pela qualidade do seu trabalho					

acontece e sou favorável, porque é justo para quem está pagando, dá seriedade ao trabalho e seleciona quem tem qualidade ou não para trabalhar.					
não acontece. Porque o espaço é público e não basta pagar uma taxa para a utilização, precisaria regular quem pode ou não usar. Qualquer autorização é verbal e informal (de boca).					
só acontece quando muda de administração no setor público, mas não dá em nada					

Gostaria de fazer outros comentários sobre essa questão.....

.....

.....

.....

16) Quando há qualquer tipo de fiscalização do uso do espaço e questionamento quanto à cobrança para este uso, normalmente é feito:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
por órgão municipal. Qual (is)?					
por órgão estadual. Qual (is)?					
por órgão federal. Qual (is)?					
pelo pessoal dos conselhos profissionais: CONFEF/CREF, CREA, etc. Qual (is) ?					

Se existem outros indivíduos que fazem fiscalização e que não pertencem a nenhuma das possibilidades acima, por favor contem-nos.....

.....

.....

.....

17) Quanto a questões gerais que envolvem o uso do espaço onde suas práticas acontecem, o Sr. (a), poderia nos dizer que:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
há parcerias com o Poder Público, mas são informais (de boca), com ações de cada parte: o Poder público permite o uso do espaço, e a gente entra com o empréstimo de material e pessoal para eventos realizados com o Poder Público., com empréstimo de material e pessoal para eventos realizados pelo Poder Público e, dessa forma, auxiliando na divulgação da prefeitura.					
há conhecimento do Poder público quanto ao uso dos espaços, porque somos cobrados por esse uso. Porém, a cobrança é uma ação sem clareza, como se o uso dos espaços de práticas fosse a mesma coisa que usar para montar um ponto de comércio.					
seria muito bom fazer parcerias formais com o poder público, em que tivéssemos regulação do uso dos espaços e					

possibilidade de convênios com financiamento público para as nossas atividades, ampliando o número de praticantes que não podem pagar, mesmo permanecendo como iniciativa privada.					
gostaria de contar com a iniciativa do Poder Público para fazer convênios que possibilitasse nosso trabalho de modo que pudéssemos atender a todos sem cobrança de taxas.					

Gostaria de fazer outro comentário?.....

.....

.....

.....

18) Ainda quanto a questões gerais que envolvem o uso do espaço onde suas práticas acontecem e o uso por outros sujeitos, o Sr. (a), poderia nos dizer que:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
O espaço é público e não tem regulamentação específica, portanto, em cada dia de trabalho, quem ocupa primeiro tem a prioridade.					
Em caso de conflito quanto ao espaço, pode-se negociar usos alternados em horários diferentes.					
Antiguidade é posto! Quem está trabalhando a mais tempo tem direito ao espaço. Quem chega depois que procure outro.					
Em caso de conflito, deve-se procurar o Poder Público para mediar quem deve ficar no espaço.					

Gostaria de fazer outro comentário sobre a questão?.....

.....

.....

.....

19) Conte-nos como você se mantém atualizado para sua atuação no campo:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
Com recursos da internet, acessando informações atualizadas da modalidade.					
Assistindo a jogos da modalidade na televisão e/ou nos locais de competições que ocorrem no estado.					
participando de cursos de atualização e/ou frequentando eventos de formação					
participando de grupos de estudo e discutindo nesses grupos as atualizações em termos de treinamento e regras.					

Gostaria de informar outras estratégias de atualização da formação?.....

20) Conte-nos a respeito de sua formação inicial:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
tem formação completa na graduação em educação física, licenciatura e/ou bacharelado					
tem formação incompleta na graduação em educação física, licenciatura e/ou bacharelado					
tem formação completa ou incompleta na graduação em outras áreas e experiência prática na modalidade (como atleta e/ou treinador(a)).					
não tem formação em graduação, nível superior em nenhuma área, e tem experiência prática na modalidade (como atleta e/ou treinador(a)).					

Gostaria de informar outro perfil de formação?.....

21) Conte-nos a respeito de sua formação complementar para atuação na sua prática atual:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
não tem formação acadêmica, mas tem formação pelo /CONFEF/CREF, sendo provisionado.					
tem formação acadêmica completa e tem cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização.					
tem formação acadêmica incompleta, mas tem formação pelo CONFEF/CREF, sendo provisionado.					
tem cursos específicos para atuar na modalidade, expedidos por instituições reconhecidas: (FIFA, COB, COI, Federações, Confederações, etc.).					

Gostaria de informar outros tipos de formação complementar?.....

22) Conte-nos sobre sua trajetória no esporte e sobre as possíveis contribuições para a sua prática atual:	Muito forte	Forte	Fraco	Muito fraco	Zero
A experiência acumulada serve de exemplo de atleta e inspiração como ídolo: disciplina, conquistas e correção nas atitudes esportivas.					
A experiência acumulada credencia a ensinar, porque quem foi ou é atleta sabe demonstrar melhor a especificidade dos fundamentos da modalidade.					
A experiência acumulada na trajetória ajuda, mas mesmo					

que não tivesse feito sucesso poderia ensinar bem, porque depende mais do gostar do que faz.					
A trajetória é importante, mas não garante o saber ensinar.					

Gostaria de expressar outra
opinião?.....

.....
.....
.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

Pesquisador: CARLOS NAZARENO FERREIRA BORGES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 32113714.4.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 720.966

Data da Relatoria: 13/06/2014

Apresentação do Projeto:

O presente projeto tem como tema a relação público-privado na utilização dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, sendo seu objeto de pesquisa a relação entre os setores público e privado nas políticas de utilização dos espaços e equipamentos, sejam eles públicos ou de propriedade privada conveniada com o Estado, a fim de analisar de que forma esta relação incide sobre os direitos sociais estabelecidos constitucionalmente no acesso ao esporte e ao lazer.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que utilizada como planos de pesquisa os estudos descritivo e explicativo. A realização do estudo se dará em etapas, constando de levantamento bibliográfico, coleta de dados documentais e inserção em campo, e por fim a análise dos dados coletados, utilizando como meio a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Espera-se com esta pesquisa contribuir com o campo de estudo em questão, a partir de reflexões importantes acerca das políticas públicas, intersetorialidade, relação público-privada e esporte e lazer. Outrossim, espera-se ainda a extração de diagnósticos que subsidiem políticas públicas locais de acesso ao esporte e lazer como direitos.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.090-000

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3335-2711

E-mail: thiago.moraes@ufes.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 720.966

Objetivo da Pesquisa:

O presente estudo tem como objetivo investigar a relação público-privado nos planejamentos e execuções das políticas de utilização de espaços e equipamentos de esporte e lazer, e analisar de que forma esta relação incide nos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente no acesso ao esporte e ao lazer. Trata-se de uma proposta ampla que pretende encontrar dados para a análise e interpretação da problemática em diferentes territórios do Brasil. Nesse sentido, a proposta que ora se apresenta pretende gerar subprojetos, sendo um para cada território que formos designando como recorte de estudo, na medida em que estudantes e pesquisadores forem agregados ao projeto. A geração de subprojetos será na forma de Trabalhos de Conclusão de Curso, Iniciação Científica, editais de fomento e dissertações de mestrado. Teses poderão surgir do cruzamento de dados e conclusões de diversos subprojetos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não apresenta riscos. O questionário não apresenta questões que possam colocar o entrevistado em constrangimento. O benefício da pesquisa reside em compreender como se dá a relação público privado nas políticas de utilização de espaços e equipamentos de esporte e lazer. Posteriormente os resultados da pesquisa poderão nortear projetos de implantação de equipamentos nos municípios brasileiros

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social. A fundamentação teórico-metodológica está bem estruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação estão adequados.

Recomendações:

Não há recomendações para este projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.090-000

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3335-2711

E-mail: thiago.moraes@ufes.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 720.966

VITORIA, 17 de Julho de 2014

Assinado por:
Thiago Drumond Moraes
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.090-000

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3335-2711

E-mail: thiago.moraes@ufes.br